

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

André Luiz Pascoal

**O trabalho do assistente social no capitalismo dependente: reflexões a partir
da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares**

FLORIANÓPOLIS

2019

André Luiz Pascoal

**O trabalho do assistente social no capitalismo dependente: reflexões a partir
da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro de Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pascoal, André Luiz

O trabalho do assistente social no capitalismo dependente : reflexões a partir da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares / André Luiz Pascoal ; orientadora, Cristiane Luiza Sabino de Souza, 2019. 68 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

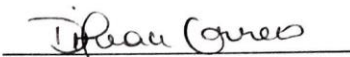
1. Serviço Social. 2. Capitalismo dependente. 3. Superexploração. 4. Política Social. I. Souza, Cristiane Luiza Sabino de . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

André Luiz Pascoal

**O trabalho do assistente social no capitalismo dependente: reflexões a partir
da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares**

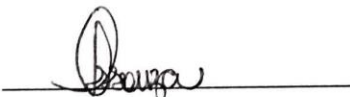
Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2019.



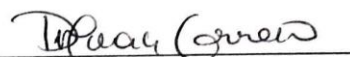
Prof.ª Dilceane Carraro, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:



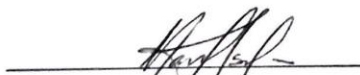
Prof.ª Cristiane Luiza Sabino de Souza, Dra.
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Dilceane Carraro, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina



Mary Kazue Zanfra
Assistente Social

Este trabalho é dedicado a todos os trabalhadores latino-americanos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um longo esforço que se iniciou lá atrás, desde o meu primeiro emprego, que se não me fez ver o significado da sociedade de classes, me fez sentir inteiramente desde o primeiro dia. Foram os companheiros e companheiras de longas jornadas que me deram forças para chegar até aqui, mesmo que muitos e muitas delas não façam nem ideia disso, mas de qualquer forma, muito obrigado por tudo, este momento também é de vocês.

Agradeço a todas as colegas de curso de Serviço Social que me ajudaram a crescer como pessoa, estudante e futuro profissional, suas histórias de vida, suas batalhas me inspiraram e me deram força para seguir adiante.

Agradeço imensamente aos meus irmãos Luiz e Diego por toda força e amor que me deram ao longo de tantos anos, sem vocês não seria possível chegar até aqui. Agradeço por todo apoio, todas as horas e horas de conversa, do incentivo diário.

Ao longo dos dias não seria possível encontrar paz e tranquilidade para realizar este TCC sem o amor e carinho da minha amada filha Lulu, que esteve ao meu lado sempre em todos esses momentos. O meu eterno agradecimento.

Agradeço também aos professores e professoras que tanto conhecimento e grande exemplos de como ser um profissional digno e competente, especialmente a professora Dilceane Carraro, que me ajudou muito a pensar a profissão, a me ver como futuro profissional, me ajudando a seguir em frente nos momentos de maiores incertezas, ela, sem dúvida é um grande exemplo de pessoa e profissional a ser seguido.

Minha eterna gratidão a toda equipe do CRAS Rio Tavares pela acolhida, pela paciência, por todos os ensinamentos passados no período de estágio, e principalmente a assistente social Mary Kazue Zanfra, minha supervisora de campo, que foi fundamental para que pudesse permanecer no curso de Serviço Social, pois sem as suas inúmeras ajudas, sua compreensão, todo o seu ensinamento, e principalmente pelo grande exemplo de assistente social que você é, não seria possível prosseguir, todo o exemplo e aprendizado que você me proporcionou, levarei sempre na minha vida pessoal e profissional.

Sou extremamente grato também a professora Cristiane Luiza Sabino de Souza, por ter me orientado nesse trabalho, por toda a paciência, por estar sempre presente, todos os ensinamentos, por toda a força que me deu nesse momento tão importante, obrigado por toda a sua dedicação, e por ser esse grande exemplo de mulher e profissional, o meu muito obrigado.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Cristiane Luiza Sabino de Souza, a assistente social Mary Kazue Zanfra, e a Prof.^a Dr.^a Dilceane Carraro, por terem aceitado prontamente participar da avaliação do trabalho enquanto banca examinadora.

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la” (Eduardo Galeano).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pretende trazer a discussão acerca do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho na América Latina, com as particularidades da realidade brasileira, e tendo por base as elaborações de Ruy Mauro Marini. Abordaremos a partir disso, as consequências da condição de dependência nas configurações das políticas sociais no Brasil, para dessa forma, compreendermos em que contexto se dá o trabalho dos assistentes sociais no país. E por fim, a partir dessas discussões, faremos uma reflexão sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais tendo como referência empírica a experiência do estágio realizado no CRAS Rio Tavares.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente; Superexploração; Política Social; Serviço Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BPC Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico Cadastro Único
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF Constituição Federal
CLAS Conselho Local de Assistência Social
CMAS Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
CUT Central Única dos Trabalhadores
DSS Departamento de Serviço Social
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI Fundo Monetário Internacional
FUNCEF Fundação dos Economistas Federais
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
ONGs Organizações Não Governamentais
PAIF Serviço de Proteção e Atendimento Integral a famílias
PETROS Fundação Petrobras de Seguridade Social
PNAS Política Nacional de Assistência Social
POASF Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar
PREVI Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PT Partido dos Trabalhadores
SEMAS Secretaria Municipal de Assistência Social
SINTRASEM Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis
SMCAIFDS Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
SUAS Sistema Único de Assistência Social
TCC Trabalho de Conclusão de Curso
TMD Teoria Marxista da Dependência

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	18
2. POLÍTICA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	35
2.1 A atuação dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente	44
3. REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CRAS RIO TAVARES ..	52
3.1 O CRAS Rio Tavares	52
3.2 A experiência de estágio no CRAS Rio Tavares	55
3.3 As condições de trabalho dos assistentes sociais.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

O primeiro fator determinante para a escolha do objeto de pesquisa, é resultante das experiências de trabalho acumuladas durante a vida profissional, são mais de dezesseis anos inserido no mercado de trabalho, com praticamente todos os contratos formais de trabalho sendo vinculados a empresas terceirizadas, além de algumas experiências com o trabalho informal.

Apesar de os empregos de carteira assinada assegurassem alguns direitos importantes, como o direito a previdência através de contribuição, seguro-desemprego, férias, décimo terceiro salário, ainda assim as condições de trabalho eram precárias, tanto a nível de segurança do trabalho, como pelo enorme dispêndio de força necessária para exercer determinada função, sem contar que o salário recebido na maioria das vezes era abaixo do necessário para a sobrevivência.

Ainda assim, a experiência mais angustiante foi a de estar inserido no mercado informal de trabalho, sem horário de trabalho fixo, quando em “contrato” de trabalho intermitente, sem nenhum direito trabalhista assegurado, sem qualquer proteção assegurada pelo sistema de Previdência Social, ou seja, correndo o risco de adoecimento ou de sofrer algum acidente e estar por conta própria. Em resumo, a única opção que restava era vender a força de trabalho sem ter a garantia de ter o salário em dia no final do mês.

Ao ingressar no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no semestre 2014.1, foi impossível não constatar que as condições precárias de trabalho estavam presentes na rotina dos professores do Departamento de Serviço Social (DSS), principalmente através de uma enorme carga de trabalho. Em algumas disciplinas ao longo da graduação foi possível perceber o quanto essa sobrecarga de trabalho afetava a qualidade do ensino, com alguns professores “perdendo fôlego” durante o semestre, e tantos outros superando todas as adversidades para poder entregar o melhor possível para os alunos.

A partir da sexta fase da graduação, se deu início a experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, trazendo inúmeras oportunidades aos estagiários, que além da observação, poderiam se aproximar da prática profissional dos assistentes sociais, das ferramentas utilizadas por esses profissionais, sua relação com os

usuários, com a rede de serviços, a questão ética e etc., e que seguramente acrescentaram muito na formação profissional.

A ideia de estudar de maneira mais ampla as condições de trabalho dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do município de Florianópolis surgiu em grande parte pela experiência de estágio obrigatório em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Rio Tavares, em Florianópolis, no serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), que durou um período de um ano e meio, e que rendeu muitos aprendizados importantes, gerando muitas reflexões sobre a realidade vivenciada, e possibilitando algumas ações importantes, como o presente trabalho de conclusão de curso (TCC).

O estágio no CRAS Rio Tavares possibilitou a observação da prática profissional das assistentes sociais, onde finalmente depois de tantos anos de graduação, foi possível observar a teoria e a prática “atuando” juntas, pois durante a graduação muitas vezes ingenuamente acreditamos que teoria e prática “agem” de forma isolada, que não se misturam, além de algumas vezes até mesmo assistentes sociais que já estão inseridos no campo de trabalho reproduzem esse discurso.

Através das reuniões semanais da equipe de referência do CRAS Rio Tavares, das reuniões regionais dos CRAS, e da participação mensal nas reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), foi possível confirmar que as péssimas condições de trabalho não eram exclusivas do CRAS Rio Tavares, se estendiam para os demais CRAS do município de Florianópolis, com muitos deles vivendo uma realidade até mesmo pior.

Por conta dos relatos dos profissionais e dos usuários, foi possível verificar que além das condições materiais precárias que os profissionais enfrentavam, existia uma enorme defasagem de técnicos para as equipes de referência, que aliada a enorme demanda trazida pelos usuários, ocasionava uma sobrecarga de trabalho para os profissionais dos CRAS do município de Florianópolis.

O CRAS por ser um espaço caracterizado como porta de entrada dos usuários dos serviços de assistência social, podendo ser o primeiro contato desses usuários com a política de assistência social no município, e onde terão acesso aos direitos sociais através de serviços, projetos e programas socioassistenciais (MDS, 2009),

permite que através de ações específicas da equipe de referência, seja possível trabalhar com os usuários de maneira a dar protagonismo aos usuários na luta pela ampliação dos direitos, assim como em sua organização política no território.

Com a criação do Conselho Local de Assistência Social (CLAS) no CRAS Rio Tavares, foi possível verificar a importância da atuação profissional no sentido de dar protagonismo aos usuários, assim como foi possível verificar mais de perto como as condições materiais precárias da instituição e as de trabalho dos profissionais afetam fortemente a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

As experiências citadas anteriormente, durante a trajetória no mercado de trabalho, como estudante de Serviço Social e conseqüentemente como estagiário do CRAS Rio Tavares, foram fundamentais para a escolha do objeto de pesquisa, mas não apenas isso, pois seja no contato com amigos, seja ao ouvir uma história contada por um estranho em um local qualquer, o interesse pelas condições de trabalho das classes trabalhadoras sempre se fez presente, principalmente por pertencer a essa mesma classe.

Vários autores já debateram sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, assim como diversos estudantes e pesquisadores já o fizeram nas últimas décadas, não sendo assim um objeto de estudo pouco trabalhado. Dessa forma procuramos usar como base para tratar do tema, uma perspectiva que não é majoritariamente utilizada em pesquisas, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), por ela trazer elementos para reflexão das particularidades latino-americanas, os mecanismos do capitalismo dependente que operam na região, nos aproximando assim da realidade dos países da América Latina, de todo contexto que os assistentes sociais estão inseridos.

Temos como principal objetivo refletir sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, tendo por base a Teoria Marxista da Dependência, em particular das elaborações de Ruy Mauro Marini e por base empírica a experiência do estágio realizado no CRAS Rio Tavares. Os objetivos específicos do TCC são:

- a) aproximar da discussão sobre a superexploração da força de trabalho na realidade brasileira e da perspectiva teórica da TMD;
- b) Trazer algumas mediações teóricas com vistas a situar a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente;

c) elaborar reflexão sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais tendo como referência empírica a experiência do estágio realizado no CRAS Rio Tavares.

Para que fosse possível alcançar todos os objetivos propostos pelo trabalho, percorremos alguns caminhos que consideramos essenciais, no capítulo um, “capitalismo dependente e superexploração da força de trabalho”, iniciamos com uma contextualização da dependência latino-americana, colocando em evidência os mecanismos que conduzem os países da América Latina a condição de dependência, a relação desses países com os países centrais, a participação da América Latina no mercado mundial, o Estado brasileiro no capitalismo dependente, as contribuições de Castelo acerca do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, assim sendo possível nos aproximarmos da discussão sobre a superexploração da força de trabalho na realidade brasileira e da perspectiva teórica da TMD.

No segundo capítulo, “Política social e o Serviço Social no Brasil”, trazemos a origem das políticas sociais, suas características nos países latino-americanos, a relação das políticas sociais com o trabalho na sociedade capitalista, as disputas de classes, o papel do Estado na relação capital e trabalho, assim como a apropriação do fundo público por este mesmo Estado, em favor do capital.

No item 2.1 “A atuação dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente”, fizemos uma breve análise histórica da profissão de Serviço Social no Brasil, sua emergência e institucionalização, o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil durante as últimas décadas, as mudanças na forma de enfrentamento da questão social no país, o entendimento do significado social da profissão, a condição de trabalhadores assalariados e de relativa autonomia, e através dessas mediações teóricas, foi possível situar a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente.

Já no terceiro capítulo, “Reflexões sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais a partir da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares”, separamos o capítulo em três subcapítulos. No subcapítulo 3.1 “O CRAS Rio Tavares”, situamos o CRAS dentro da estrutura do SUAS, em sua organização no município de Florianópolis, fazendo uma breve caracterização do CRAS Rio Tavares.

Em seguida, no subcapítulo 3.2 “A experiência de estágio no CRAS Rio Tavares”, trazemos os elementos mais importantes do processo de estágio no CRAS Rio Tavares, da elaboração dos documentos de estágio que utilizamos nesse TCC, para que pudéssemos assim trazer no subcapítulo 3.3 “As condições de trabalho dos assistentes sociais”, as reflexões sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais através da experiência empírica de estágio no CRAS Rio Tavares, tendo por base a TMD, e assim mostrando os limites e potencialidades do trabalho dos assistentes sociais. Por fim, deixamos nossas considerações finais sobre esse trabalho.

A metodologia utilizada na pesquisa foi aplicada de duas formas: a primeira se trata da revisão de literatura, que de acordo com Echer (2001, p. 6-7),

Uma ampla revisão bibliográfica acerca do tema de pesquisa colabora para se efetivar a contento, a tarefa de delimitação da unidade de leitura, isto é definir exatamente o que dentro do tema escolhido optamos por pesquisar, também, auxilia o pesquisador na captação de fontes de ideias para novas investigações, a orientação em relação ao que já é conhecido, a percepção de temas e problemas pouco pesquisados e a perceber o momento em que a situação problema está esclarecida.

A segunda foi através da pesquisa documental, que é realizada através de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa (GIL, 2002). Para isso, foram utilizados alguns documentos referentes ao período de estágio no CRAS Rio Tavares, como “Diário de Campo”, “Projeto de Intervenção” e “Relatório Final de Estágio”.

1. CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O capítulo apresenta uma síntese dos elementos centrais da TMD¹ a partir de Marini e com o apoio de Carcanholo e Amaral, assim como Castelo. Nos aproximamos da discussão das categorias teóricas da dependência e superexploração da força de trabalho a partir da realidade latino-americana, para em seguida nos aproximarmos das especificidades brasileiras. Dessa forma, ao partirmos do entendimento dos mecanismos próprios do capitalismo na região, será possível compreender em que contexto estão inseridas as políticas sociais e os assistentes sociais brasileiros.

Em meio a expansão comercial do capitalismo no século XVI, a América Latina como grande produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, contribuiu inicialmente para o aumento do fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento, permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu, dessa forma sustentando o sistema manufatureiro, abrindo assim o caminho para a criação da grande indústria na Europa (MARINI, 2000).

Correspondente a Revolução Industrial que deu início a grande indústria europeia está a independência política na América Latina, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, sendo responsável pelo surgimento, ainda que tendo como base a estrutura demográfica e administrativa criada durante a colônia, de um conjunto de países que passam a viver em função da Inglaterra, configurando dessa maneira um novo tipo de relação (MARINI, 2000).

¹ Para entendermos como se deu esse processo de consolidação de uma crítica marxista que procurasse entender as particularidades da América Latina, é preciso retornar até a década de 1940, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que era um organismo dependente das Nações Unidas. A CEPAL, que acreditava que a industrialização traria o ingresso técnico, podendo deter ou até mesmo inverter a transferência de recursos dos países periféricos para os centrais, tinha como oposição uma corrente dentro do marxismo que afirmava que era o sistema capitalista que gerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na região. Essa tese dos marxistas que se opuseram a trabalhada pela CEPAL, ainda sim necessitava de um maior aprofundamento teórico para que fosse possível o seu funcionamento de fato. O autor Ruy Mauro Marini, com *Dialética da Dependência*, tem um papel fundamental nesse processo ao definir as tendências que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, traz as bases da economia política da dependência e de uma teoria marxista da dependência (OSORIO, 2009).

Os países latino-americanos passam a se articular de maneira direta com a Inglaterra, que demanda desses países a produção e exportação de “[...] bens primários em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera suas importações – de dívidas” (MARINI, 2000, p. 108).

As exportações latino-americanas estavam estagnadas até metade do século XIX, assim como era deficitária a balança comercial na região, sendo destinados empréstimos externos para que fosse possível manter a capacidade de importação. Com o aumento das exportações, principalmente quando o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, a dívida externa passa a ter outra função, a de transferir parte do excedente obtido na América Latina para a metrópole (MARINI, 2000).

Os países latino-americanos passam a ter mais gasto público com a dívida externa do que arrecadação com as exportações, e apesar de por exemplo, o Brasil entre os anos de 1902 e 1913 ter um aumento do valor das exportações em 79,6%, viu a sua dívida externa crescer em 144,6%, o que representa, no ano de 1913, 60% do gasto público total, as relações entre os países latino-americanos com os centros capitalistas europeus são inseridas na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000), ou como aponta Marini (2000, p. 109):

É a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

Nesse sentido, Carcanholo (2013) define a dependência como uma situação em que determinada economia “[...] estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra à qual está subordinada, o que se expressaria no fato de a economia dominante poder expandir-se autossustentadamente – de forma contraditória e dialética” (CARCANHOLO, 2013, p. 193), sendo característico do capitalismo, à medida que a economia dependente apenas o realizaria como reflexo dessa expansão, ou submetido pela situação de dependência, havendo efeitos positivos e negativos sobre o seu desenvolvimento (CARCANHOLO, 2013).

Para Carcanholo (2013), dessa percepção vem o entendimento de que aquilo que se entende normalmente como subdesenvolvimento, é uma parte indispensável para o processo de expansão do capitalismo mundial, não sendo possível a sua superação dentro do sistema capitalista. Carcanholo (2013) ainda faz uma ressalva em relação a forma como a categoria do subdesenvolvimento é apresentada pela TMD, gerando muitas vezes o entendimento de que a relação de dependência se dá através da “exploração” de determinado país pelo outro.

Ao complementar essa ideia, Carcanholo (2013) chama essa visão de moralista, sendo tipicamente weberiana, e que ela deveria estar completamente afastada da TMD, embora algumas passagens não esclareçam muito bem isso. Marx (1983, p. 293 apud CARCANHOLO, 2013, p. 194) observou isso, ao afirmar que: “é, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais”. Em outras palavras, a categoria central de análise é o capital, não a “nação”, de modo que a condição de dependência advém de um desigual e combinado desenvolvimento das leis de funcionamento do capital, em diferentes países pelo mundo (CARCANHOLO, 2013).

A América Latina teve um importante papel na formação da economia capitalista mundial, seja durante o período da produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, a descoberta do ouro brasileiro no século XVIII, assim como o auge manufatureiro inglês, sendo a partir do surgimento da grande indústria, com a divisão internacional do trabalho, o momento em que se realiza plenamente a articulação da América Latina com a economia mundial (MARINI, 2000).

Para Marini, a criação da grande indústria moderna teria tido grande dificuldade de acontecer se não fossem dois fatores: pelos países dependentes e pelo fato dela ter sido realizada sobre uma base estritamente nacional. Para o desenvolvimento industrial é preciso de uma grande disponibilidade de bens agrícolas, de forma que os esforços não se concentrem na produção agrícola interna, mas na especialização da atividade industrial (MARINI, 2000).

Não seria possível muitos operários na indústria e nos serviços nos países industriais, se estes não tivessem ao seu dispor os meios de subsistência de origem

agropecuária, fornecidos pelos países da América Latina (MARINI, 2000). Desta forma, “[...] foi isso que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2000, p. 111).

A América Latina possui então, além da capacidade de criar uma oferta mundial de alimentos, condição essa necessária para a sua inserção na economia internacional capitalista, a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, onde sua importância cresce de acordo com o desenvolvimento industrial (MARINI, 2000).

Marini destaca que a função desempenhada pela América Latina na economia capitalista mundial vai além da “[...] simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais” (MARINI, 2000, p. 112). Para o autor, a América Latina vai além do papel de facilitar o crescimento quantitativo dos países industriais

A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho, do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista (MARINI, 2000, p. 112-113).

Assim como nos países centrais capitalistas, os países latino-americanos para se inserirem na economia capitalista passam a produzir a mais-valia relativa. Entendida por Marini (2000, p. 113) como “[...] uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho”.

Para podermos dar continuidade ao nosso trabalho, faz-se necessário, assim como aponta Marini (2000), fazer a diferenciação do conceito de mais-valia relativa e o de produtividade, pois “[...] se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não garante por si mesmo um aumento da mais-valia relativa” (MARINI, 2000, p. 113).

Com o aumento da produtividade, o trabalho cria mais produtos no mesmo tempo, não mais valor, e é dessa forma que o capitalista individual procura o aumento de produtividade, pois assim consegue rebaixar o valor individual da mercadoria, isso em relação ao valor atribuído pelas condições gerais da produção, com o capitalista obtendo uma mais-valia superior à seus concorrentes, a chamada mais-valia extraordinária (MARINI, 2000).

Dessa forma, “[...] essa mais-valia extraordinária acaba alterando a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário” (MARINI, 2000, p. 114), porém não altera o grau de exploração do trabalho na economia, tampouco no ramo considerado, não incidindo na cota de mais-valia (MARINI, 2000).

Se o aumento da produtividade através do mesmo procedimento técnico aconteceu com os demais capitalistas, uniformizando a taxa de produtividade, mesmo assim isso não produz o aumento da cota de mais-valia, ocorrendo o acréscimo da massa de produtos, sem variação no seu valor ou, haveria uma redução do valor social da unidade de produto proporcionalmente ao aumento de produtividade do trabalho, não acontecendo desta maneira o incremento da mais-valia, mas sua diminuição (MARINI, 2000).

Isso acontece devido ao fato de que o determinante da cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho, mas sim o grau de exploração do trabalho (MARINI, 2000). Em outras palavras, “[...] a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho), isto é, o equivalente de seu salário (MARINI, 2000, p. 114). Apenas com a alteração dessa proporção, de forma favorável ao capitalista, com o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, que é possível se modificar a cota de mais-valia (MARINI, 2000).

Para isso, Marini aponta que “[...] a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens-salários” (MARINI, 2000, p. 114 e 115). Desta forma, “[...] a mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho” (MARINI, 2000, p. 115).

O efeito da oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui para criar, ampliado pela depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial, causará a redução do valor real da força de trabalho nos países industriais, com o incremento da produtividade se traduzindo em cotas ainda mais elevadas de mais-valia (MARINI, 2000). “Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 2000, p. 115-116).

A dependência da América Latina se revela contraditória não somente em relação a sua própria economia, mas devido também ao aumento da capacidade produtiva do trabalho que requer um maior consumo, de maneira proporcional, das matérias-primas. A partir do momento que a maior produtividade é acompanhada de fato por uma maior mais-valia relativa, isto significa a baixa do valor do capital variável em relação ao do capital constante, o que inclui também as matérias-primas, elevando-se a composição-valor do capital (MARINI, 2000).

Dessa forma, o que o capitalista se apropria não é diretamente a mais-valia produzida, mas parte da mais-valia que lhe corresponde sob a forma de lucro (MARINI, 2000). Assim, “[...] como a cota de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital avançado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinaria, matérias-primas etc.” (MARINI, 2000, p. 116), com o resultado do aumento da mais-valia sendo, mesmo em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la, ou seja, uma baixa da cota de lucro (MARINI, 2000).

Esta contradição citada anteriormente, é fundamental para a acumulação capitalista, porém é contraposta por meio de diversos procedimentos, que na perspectiva da produção, são orientados no sentido de aumentar ainda mais a mais-valia, com o intuito de compensar o declínio da cota de lucro (MARINI, 2000).

Outro tipo de procedimento é o da oferta mundial de matérias-primas industriais, “[...] que aparece como a contrapartida – do ponto de vista da composição-valor do capital – da oferta mundial de alimentos” (MARINI, 2000, p. 117). É por meio do aumento de uma massa de produtos ainda mais baratos no mercado internacional, que os países latino-americanos alimentam a expansão

quantitativa da produção capitalista nos países industriais, além de contribuir para que os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão, sejam superados (MARINI, 2000).

Por outro lado, Marini (2000, p. 117-118) destaca que:

[...] o aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável e, em todo caso, declina lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários.

Essa depreciação não corresponde à desvalorização real desses bens, por conta do aumento de produtividade nos países não industriais, pois são nesses países onde a produtividade se eleva mais lentamente. Desse modo, Marini questiona quais são as razões desse fenômeno, e por que ele não gerou um desestímulo à incorporação da América Latina à economia internacional (MARINI, 2000).

Para responder este questionamento, Marini primeiramente afirma que é preciso deixar de lado a explicação simplista que não assume outra coisa além do resultado da lei de oferta e procura, e que apesar de ser evidente que a concorrência tenha papel decisivo na fixação dos preços, ela não dá conta de explicar por que, na perspectiva da oferta, seja possível verificar uma expansão acelerada independente se as relações de troca estejam se deteriorando (MARINI, 2000).

Da mesma forma que não é possível interpretar o fenômeno se limitando “[...] à constatação empírica de que as leis mercantis foram falseadas no plano internacional graças à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais” (MARINI, 2000, p. 118). Este raciocínio, apesar de apoiado em fatos reais, acaba invertendo a ordem dos fatores, não vendo “[...] que a utilização de recursos extra econômicos se deriva precisamente de que há por trás uma base econômica que a torna possível” (MARINI, 2000, p. 118).

Assim podemos dizer que as explicações citadas anteriormente colaboram de maneira geral para a ocultação da natureza dos fenômenos estudados, levando a ilusão sobre o que é de fato a exploração capitalista internacional (MARINI, 2000).

Ainda sobre a exploração capitalista internacional, Marini (2000, p. 118-119) acrescenta que:

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que a sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas desta maneira é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isto leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca.

Quanto mais o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, menos será preciso o uso da violência política e militar para explorar os países mais fracos, da mesma forma que no interior desses países o uso da força para submeter a classe trabalhadora ao capital diminui na medida que se passa a utilizar mecanismos econômicos que asseguram essa subordinação (MARINI, 2000).

“A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial” (MARINI, 2000, p. 119). O desenvolvimento das relações mercantis é fundamental para a melhor aplicação da lei do valor, ao mesmo tempo em que cria todas as condições para o funcionamento dos mais diferentes mecanismos que permitem que o capital a burle (MARINI, 2000).

Na teoria, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, na prática, podemos observar diferentes mecanismos que asseguram a realização da transferência de valor, independente das leis de intercâmbio, expressando-se na maneira como são fixados os preços de mercado, assim como os preços de produção das mercadorias (MARINI, 2000).

É preciso fazer a distinção dos mecanismos que operam dentro da esfera de produção, sejam os produtos manufaturados ou as matérias-primas, e os mecanismos com atuação no campo das distintas esferas que se inter-relacionam (MARINI, 2000). “No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis do intercâmbio, no segundo adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas” (MARINI, 2000, p. 120).

Aprofundando melhor os dois casos, no primeiro, Marini (2000) afirma que para uma maior produtividade do trabalho, uma determinada nação pode apresentar preços de produção que sejam inferiores a nações que sejam seus concorrentes, “[...] sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar” (MARINI, 2000, p. 120). Para a nação favorecida, isto se expressa, segundo Marini:

Em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira se apropriam os capitais individuais do fruto de produtividade do trabalho. É natural que o fenômeno se apresente sobretudo a nível da concorrência entre as nações industriais e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas de intercâmbio se exercem de maneira plena; isto não quer dizer que não se verifique também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção (MARINI, 2000, p. 120).

Já no segundo caso, nas transações entre países que trocam tipos distintos de mercadorias, o simples fato de que determinado país produz algum bem que os demais não produzem ou não conseguem fazer com a mesma facilidade, permite que o primeiro tipo de país citado eluda a lei do valor, vendendo seus produtos por preços superiores ao seu valor, desta forma configurando um intercâmbio desigual (MARINI, 2000).

Isso resulta em um contexto onde as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, “[...] e que esta cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2000, p. 121). A transferência de valor é dupla, mesmo que não apareça dessa forma para o país que transfere valor, “[...] já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta” (MARINI, 2000, p. 121).

Os países que são desfavorecidos pelo intercâmbio desigual precisam compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, e o fazem com uma maior exploração do trabalhador. Dessa forma, ultrapassamos a simples noção de intercâmbio entre países, sendo preciso se atentar ao fato de que é dentro desse

intercâmbio que se dá a apropriação de uma mais-valia gerada por meio da exploração da força do trabalho no interior de cada país (MARINI, 2000).

Foi possível verificar até aqui que o problema que coloca o intercâmbio desigual para os países latino-americanos não se resume apenas ao de se contrapor à transferência de valor que implica, vai além disso, com a economia dependente compensando a perda de mais-valia no plano da própria produção, já que não consegue impedi-la a nível das relações de mercado, com o aumento da intensidade do trabalho aparecendo assim, como um aumento de mais-valia, obtida através de uma maior exploração da força de trabalho, e não através do aumento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000).

Podemos também citar a prolongação da jornada de trabalho, ou seja, o aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica, que diferente do caso anterior, se dá pelo aumento do tempo de trabalho excedente, aquele em que o trabalhador continua produzindo mesmo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo (MARINI, 2000).

Um terceiro procedimento importante a ser observado, é o que consiste em reduzir o consumo do trabalhador além de seu limite normal pelo qual o fundo necessário pela trabalhador se converte de verdade, isso dentro de alguns limites, “[...] em um fundo de acumulação de capital, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (MARINI, 2000, p. 124).

Marini (2000) faz alguns apontamentos que julgamos importantes a serem registrados neste presente trabalho: o primeiro diz respeito ao emprego de categorias referentes à apropriação do trabalho excedente na esfera das relações capitalistas de produção não implica a suposição de que a economia exportadora da América Latina se dá já baseada na produção capitalista.

O segundo, e não menos importante, se refere ao fato de que não é a rigor necessário a existência do intercâmbio desigual para o começo do funcionamento dos mecanismos de extração de mais-valia citados anteriormente, pois a vinculação ao mercado mundial e a conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que isso resulta, “têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente “ (MARINI, 2000, p. 124).

A intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho são mecanismos que configuram um modo de produção que é fundado na maior exploração do trabalhador, não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto condiz com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia dos países latino-americanos, assim como com os tipos de atividades que se realizam na região (MARINI, 2000).

É essencial o entendimento de que a característica principal dos três mecanismos citados anteriormente, está dada pelo fato de que é negado ao trabalhador as condições necessárias para a reposição do desgaste de sua força de trabalho, com ele sendo obrigado a ter um dispêndio da força de trabalho superior ao que deveria ter normalmente, ocasionando assim um esgotamento prematuro desse trabalhador (MARINI, 2000).

Na expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho, se retira do trabalhador a possibilidade de consumir até mesmo o indispensável para a conservação de sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000). Dessa forma, em termos capitalistas, os mecanismos citados, que podem também se dar de forma combinada (muitas vezes se dão), “[...] significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2000, p. 126).

Marini (1991 apud AMARAL; CARCANHOLO, 2009) aponta que a superexploração da força de trabalho é característica estrutural que demarca a condição dependente dos países periféricos em relação aos países centrais, mantendo relação com a lei geral da acumulação de Marx, principalmente ao tratar da funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista, e também de sua disfuncionalidade, referente aos graves impactos causados à classe trabalhadora em geral.

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini nos mostra que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia (aquilo que Marini chamou de “capitalismo sui generis”), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma

de lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente (MARINI, 1991 apud AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 217).

Dessa forma, “[...] os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado” (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 217). Assim, a expropriação de valor somente é compensada e ampliada no plano da produção, por meio da superexploração da força de trabalho, através do desenvolvimento da capacidade produtiva (AMARAL; CARCANHOLO, 2009).

Trazendo a discussão do momento contemporâneo do capitalismo dependente, dentro da realidade brasileira, Castelo (2013) traz como referência para o debate o surgimento no cenário político brasileiro da ideologia neodesenvolvimentista², que se apresenta como parte do neoliberalismo em meados dos anos 2000, questionando o papel do novo desenvolvimentismo na etapa contemporânea do capitalismo dependente.

No Brasil, com a crise decorrente do mensalão em 2005, e posteriormente com a crise mundial de 2008, existiu a pressão pela mudança da política econômica no país, com as teses do novo desenvolvimentismo (intervenção estatal na economia e na “questão social” para estimular crescimento e distribuição de renda, política externa mais ativa, investimentos em infraestrutura) se fortalecendo dentro do Estado brasileiro e sendo elogiadas pelos intelectuais orgânicos da alta burguesia. A ideologia neodesenvolvimentista ganha então materialidade como política de governo em alguns setores do Estado, como na política externa e, na esfera econômica, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CASTELO, 2013).

² “[...] Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu, em 2004, um artigo na Folha de São Paulo intitulado sobriamente de Novo desenvolvimentismo” (CASTELO, 2013, p. 130). Em 2005, um grupo de professores universitários que eram ligados a tradição pós-keynesiana organizou a obra “Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social”, com o prefácio sendo escrito por José de Alencar, o então vice-presidente da República, industrial do ramo têxtil e um dos grandes responsáveis pela aliança de Luís Inácio Lula da Silva com a alta burguesia brasileira. Sendo assim, o novo desenvolvimentismo deixa de ser apenas uma ideologia formulada por um intelectual das classes dominantes, e ganha proximidade com o mais alto escalão do governo federal, perante o comando de representantes da alta burguesia interna (CASTELO, 2013).

“O novo-desenvolvimento opera como uma linha auxiliar do neoliberalismo tupiniquim no aparato estatal, planejando ações da política econômica para garantir o que Mandel (1982) chamou de ‘condições gerais da produção’” (CASTELO, 2013, p. 131). Tem destaque as operações de financiamento direto e/ou indireto do BNDES com o objetivo de concentrar e centralizar os capitais nacionais (CASTELO, 2013).

Castelo (2013) destaca o papel do BNDES nas últimas décadas no país:

Após ser o principal aparelho coercitivo estatal de espoliação nos processos de privatização ocorridos na década de 1990, o BNDES ganhou uma nova orientação na segunda década do século XXI. Para isto o Banco de Desenvolvimento recebeu aportes bilionários do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); hoje, conta com recursos de empréstimos na casa dos R\$ 150 bilhões (em 2011, foram R\$ 148 bilhões de desembolsos de empréstimos e R\$ 156 bilhões em 2013; no primeiro ano do governo Lula, eram R\$ 35 bilhões). Para que se tenha um termo de comparação deste montante, isto representa mais do que o dobro dos recursos disponíveis do Banco Mundial (CASTELO, 2013, p. 131).

Grande parte dos empréstimos disponibilizados pelo BNDES está voltado para a construção dos grandes oligopólios brasileiros dos setores econômicos, principalmente nos mercados de commodities. Nos últimos anos, aproximadamente 75% dos empréstimos concedidos pelo BNDES foram para às grandes empresas, com o incentivo a fusão de capitais industriais, bancários, comerciais, agrários e logísticos em torno o grande capital monopolista, com recursos bilionários do BNDES e dos fundos de pensão estatais, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (*PREVI*), a Fundação Petrobras de Seguridade Social (*PETROS*), a Fundação dos Economistas Federais (*FUNCEF*), por exemplo, em especial nos setores de mineração, pecuária, etanol, papel e celulose, energia, alimentação, siderurgia, petroquímica, telefonia e construção civil (CASTELO, 2013).

No desenvolvimento do capitalismo dependente o Estado teve importante participação desde o seu início, através de políticas fiscais, tributárias, monetárias e cambiais, ou na criação de empresas estatais, em especial aquelas dos setores de base, com investimentos altos e de longa maturação. A intervenção estatal na economia brasileira teve seu auge durante a ditadura civil-militar de 1964, “[...]”

quando o tripé do capitalismo dependente – empresas privadas internacionais, nacionais e as estatais – consolidou-se e as multinacionais tornaram-se hegemônicas no país” (CASTELO, 2013, p. 132).

Segundo Octavio Ianni (1981, p. 53 apud CASTELO, 2013, p. 132),

A totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e imperialista adquiriu, por sua vez, uma configuração muito especial. O modo pelo qual se deu o desenvolvimento dessa totalidade, principalmente desde a instalação da ditadura, transformou o Estado em poderoso núcleo do capital financeiro. Passou a ser tão grande o poder decisório e de atuação do Estado, que muitos tiveram a impressão de que o Estado se havia 'deslocado' da sociedade, ou se colocado 'contra a Nação'. Provavelmente, jamais tenha sido tão grande a capacidade e o poder do Estado de tomar decisões, atuar ou influenciar as condições de acumulação monopolística no Brasil.

Assim o Estado não deixou mais de estar no “núcleo duro” do capital monopolista, nem sequer no período neoliberal com o programa de privatizações (CASTELO, 2013). “No final do processo de reorganização do capitalismo no país, com a formação do bloco histórico neoliberal, houve um reposicionamento do Estado como uma potência econômica direta e indireta” (CASTELO, 2013, p. 132). Dessa forma, o Estado controla grandes empresas públicas e privadas, por meio de participação acionária, com forte atuação do BNDES (CASTELO, 2013).

Raul Zibechi (2012, p.183 apud CASTELO, 2013, p. 132) traz dados que mostram o crescimento da participação do Estado nas empresas brasileiras:

Os dados são sobremaneira eloquentes. Em 1996, o BNDES tinha participação em 30 grandes empresas brasileiras. Em 2003, o primeiro ano do Lula, já era acionista de 53 empresas, e em 2009 chegou a 90. Se a isto se soma a presença dos fundos Petros, Previ e Funcef, o Estado está presente em 119 empresas em 2009.

O período neoliberal do capitalismo dependente brasileiro apresenta um novo elemento: a participação da alta burocracia de centrais sindicais na gestão do capital financeiro, pois anteriormente essas lideranças sindicais cooptadas recebiam certos privilégios e direitos sociais para suas respectivas corporações. Assim, essas centrais sindicais, principalmente os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), são gestores do capital portador de juros nos fundos de pensão, indo contra os interesses dos trabalhadores ao apoiar as perdas de direitos trabalhistas e

previdenciários, ao estimular a superexploração da força de trabalho, como forma de garantir o retorno dos seus investimentos (CASTELO, 2013).

Deste modo, o “núcleo duro” do capital financeiro no Brasil, é composto pelo imperialismo, a burguesia interna, o Estado e a aristocracia operária, formando assim as forças políticas que detém o poder dominante, com seus muitos choques e atritos, mas que são incapazes de preocupar a supremacia burguesa, nem mesmo a hegemonia dos rentistas (CASTELO, 2013).

O elevado grau de concentração e centralização do capital financeiro no Brasil, e que teve estímulo nos últimos anos dos recursos do BNDES e dos fundos de pensão, impulsionou a expansão internacional dos conglomerados brasileiros para o restante da América Latina, países da África, e até mesmo países centrais do imperialismo, configurando aquilo que estudiosos, baseados na obra de Ruy Mauro Marini, chamam de subimperialismo brasileiro (CASTELO, 2013).

A partir da década de 1960 o Brasil ganhou uma posição intermediária, mas ainda sim subalterna, na divisão internacional do trabalho, produzindo e exportando bens manufaturados e exercendo uma espécie de liderança regional na América do Sul e na África. O Estado brasileiro passa a apoiar através de um grande aporte de recursos econômicos, políticos, diplomáticos e militares a ampliação do capital financeiro nacional e internacional nas periferias do mercado mundial, principalmente a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com o pretexto de uma suposta política progressista “Sul-Sul”. Os capitais e mercadorias superacumulados e superproduzidos no mercado nacional foram enviados ao exterior com o objetivo de realizar a mais-valia produzida no país (CASTELO, 2013).

É possível constatar a formação de um novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil, associado ao subimperialismo, sobressaindo-se as mercadorias do setor primário, como as agrícolas, minerais e pecuários, assim como a produção de manufaturados de baixa intensidade tecnológica, exceto a indústria aeronáutica (CASTELO, 2013).

A política de exportação brasileira beneficia os grandes conglomerados do agronegócio, “[...] com suas mercadorias produzidas por cadeias produtivas que conjugam o que há de mais moderno e mais arcaico no país” (CASTELO, 2013, p. 134).

Todo este processo se dá sob a marca da violência sanguinária da acumulação primitiva-contemporânea do capital: grandes latifúndios protegidos por capangas e pistoleiros e financiados pelo crédito público, a expropriação, saque e pilhagem dos territórios ocupados por indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e a superexploração da força de trabalho, muitas vezes infantil e/ou em situação análoga da escravidão (CASTELO, 2013, p. 134).

Osorio (2012, p. 104 apud CASTELO, 2013, p. 134), faz um apontamento acerca dos discursos oficiais feitos pelo Estado referente a capacidade exportadora do país, trazendo suas contradições:

Em diversas análises e na maioria dos discursos oficiais, a elevação da capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de fortaleza econômica, quando não de desenvolvimento. Só é possível sustentar essa perspectiva isolando as cifras do comércio exterior – particularmente das exportações de bens e serviços – do comportamento do resto da economia e, em particular, da deterioração das condições laborais e de vida dos assalariados e da maior parte da população, bem como da estreita relação dessa deterioração com o incremento da capacidade exportadora.

Com as novas configurações da base produtiva brasileira, o Estado modifica as configurações antes dadas para as privatizações do patrimônio público nacional. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, os ativos foram vendidos diretamente, ao contrário dos governos do PT, que adotaram como estratégia as concessões e parcerias público-privadas nos setores de energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais (CASTELO, 2013). “O principal objetivo é construir uma infraestrutura adequada aos grandes projetos de desenvolvimento capitalista, em particular nas fronteiras da acumulação do agronegócio, com altas taxas de rentabilidade garantidas pelo Estado” (CASTELO, 2013, p. 134).

Os grandes projetos vão no sentido da exploração de recursos naturais e para o aprofundamento do modelo exportador, desta forma, a integração da infraestrutura muitas vezes tem resultado na desintegração de territórios dos povos originários, das populações locais, assim como do meio ambiente (ANA GARCIA, 2009, p. 15 apud CASTELO, 2013, p. 134).

Neste capítulo, trouxemos, mesmo que de maneira mais reduzida, pois um TCC não daria conta de toda a discussão, os principais mecanismos do capitalismo dependente na América Latina, em especial a superexploração da força de trabalho, assim como importantes particularidades da etapa contemporânea do capitalismo

dependente brasileiro. Dessa forma foi possível preparar o pano de fundo, para em seguida podermos situar a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente.

2. POLÍTICA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Através das contribuições trazidas no capítulo anterior, acreditamos que seja possível visualizar em que contexto as políticas sociais e os assistentes sociais estão inseridos dentro do capitalismo dependente latino-americano. Desta forma, na sequência, traremos algumas mediações teóricas com vistas a situar a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente.

De acordo com Paiva e Ouriques (2006), as políticas sociais como uma das características de intervenção do Estado, tem origem não apenas a partir das mudanças no capitalismo que o levam à fase monopolista, período este correspondente a passagem do século XIX para o XX, mas também através das lutas da classe trabalhadora pela ampliação dos direitos sociais.

Sobre a origem das políticas sociais, Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 157) destacam que:

No âmbito do modo de produção capitalista consolidado, a política social surge como produto próprio da sociedade liberal-burguesa, como amortizadora do conflito social decorrente da luta operária, refuncionalizando-se também - simultânea e contraditoriamente - para atender as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista, como mecanismo de aproveitamento lucrativo do excedente econômico.

É preciso ressaltar que, as conquistas obtidas pelos trabalhadores em relação às políticas sociais, apesar de toda a sua importância, não passam de um estágio inicial da luta de classes, pois é impossível mesmo dentro do capitalismo nos países centrais, imaginar uma plenitude de direitos sociais, sendo dessa forma ainda mais inimaginável que isso aconteça nos países periféricos, restando como única alternativa a classe trabalhadora a luta pela superação do sistema econômico em vigor (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Podemos destacar alguns elementos responsáveis pela formação e propagação dos grandes monopólios a nível global no estágio de mundialização do capital financeiro, como a luta entre os capitalistas por maiores lucros, a concentração de capital nas mãos dos mais poderosos capitalistas, o aumento da produtividade, assim como a crise que surgiu após a Primeira Guerra Mundial. A monopolização mostrou que o equilíbrio entre os mais variados capitais singulares

era cada vez mais difícil de acontecer, equilíbrio que anteriormente era demandado no nível de mercado, por meio da formação de uma taxa de lucro (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Dentro desse cenário onde a hegemonia do capital em seu conjunto está sob constante ameaça, exigiu-se a modificação da intervenção do Estado na economia, de forma que fosse administrado o processo de acumulação emergente e as consequências sociopolíticas resultantes disso (PAIVA; OURIQUES, 2006). Desta forma, o financiamento público de parte do capital variável, que tinha como objetivo o aumento da acumulação privada, consistia, assim, “[...] em uma engrenagem modelar no desenho do Estado capitalista, sobretudo dos países centrais nessa fase monopolista, desde o segundo quartel do século XX” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168).

Paiva e Ouriques (2006) destacam o papel das políticas sociais no capitalismo monopolista

A política social, como mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade, é uma dessas estratégias acionadas nessa nova fase da regulação capitalista. Tornada não somente necessária, devido ao acirramento da luta de classes, mas sobretudo possível, com a expansão da extração da mais-valia, é fundamental para o aproveitamento produtivo do excedente econômico a ser valorizado (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168)

Uma análise consistente da política social, deve se levar em conta dois fatores que levam a sua materialidade: “[...] a participação do Estado no processo de acumulação de capital e a dinâmica da luta de classes” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 159). Assim, para “[...] realizar as promessas da política social, permeada pela luta de classes, implica a existência de um excedente econômico produzido pelos trabalhadores e, assim, apropriado pelo Estado” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 159).

No estudo feito por Baran e Sweezy (1966 apud PAIVA; OURIQUES, p. 2006) referente a questão do aproveitamento lucrativo do excedente de capital produzido, os autores mostram a existência de uma incapacidade crônica do sistema para absorver o excedente que se produz, de forma que apenas no capitalismo monopolista o excesso aparece como problema geral afetando a todos, a qualquer

momento. Para Baran e Sweezy, um dos problemas em relação ao excedente, consiste sobre as decisões a respeito de seu aproveitamento, pois é preciso impedir que ele fique sem utilização produtiva, assim perdendo a sua capacidade de abreviar as crises cíclicas do capitalismo.

Realizar lucrativamente o excedente, dentro das economias centrais, significa, “[...] dentre outros aspectos, manter o salário dentro dos parâmetros aceitáveis à reprodução do capital e, ao mesmo tempo, criar um mercado potencial onde o excedente possa ser realizado, nos limites objetivos da ordem burguesa” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168).

Dentro dessa perspectiva, as políticas sociais têm um papel importante na manutenção dos esquemas de coesão social, auxiliando na organização do mercado capitalista, ao contribuir para a participação dos trabalhadores como consumidores (PAIVA; OURIQUES, 2006). Isto não acontece da mesma forma nos países latino-americanos, que exercem sua “função” de atender as exigências da circulação capitalista, com o eixo de articulação “[...] constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, com a produção não dependendo, para sua realização” (MARINI, 2000, p. 132 apud PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168), da capacidade interna de consumo.

As políticas sociais no capitalismo monopolista atuam na preservação e no controle da força de trabalho, por meio da regulamentação das relações entre capitalistas e trabalhadores, com o Estado utilizando menos o uso da força para que a classe trabalhadora se sujeite ao capital na medida em que começam a funcionar os mecanismos econômicos que permitem essa subordinação (PAIVA; OURIQUES, 2006).

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (...) configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2006, p. 30 apud PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 158).

Na América Latina, a expansão do capitalismo monopolista nos revela uma grande contradição:

Chamada a coadjuvar a acumulação do capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição radica-se a essência da dependência latino-americana (MARINI, 2000, p. 132 apud PAIVA; OURIQUES, 2006).

Paiva e Ouriques (2006) apontam duas mistificações acerca das políticas sociais nos países latino-americanos: a primeira aparece como o que os autores chamam de subproduto das 'políticas e partidos progressistas', com políticas sociais de corte social-democrata, e não se levando em conta o fato que até mesmo a melhor política social no capitalismo dependente, está dentro da lógica da exploração e dominação da burguesia, com a reprodução da força de trabalho como mercadoria (PAIVA; OURIQUES, 2006). Essa perspectiva exige que as políticas sociais sejam estruturadas no direito ao trabalho, "[...] sem questionar que tal relação corresponde a um estágio histórico de exploração do trabalho pelo capital consequentemente avesso a qualquer pretensão dignificante, como se costuma atribuir" (PAIVA, OURIQUES, 2006, p. 168).

Em relação a segunda mistificação, Paiva e Ouriques (2006, p. 169) apontam que ela

[...] é decorrente da primeira e implica no reconhecimento de uma especificidade latino-americana: na medida em que a maioria da força de trabalho na América Latina é submetida à superexploração, os direitos sociais a ela destinados só podem corresponder a esquemas próprios. Ao contrário das configurações diretamente contributivas, conforme os modelos clássicos das sociedades que experimentaram o pleno emprego ou que se encontram no centro do mercado mundial. A América Latina possui cerca de dois terços da sua força de trabalho submetida à informalidade, desemprego estrutural alto, salários baixíssimos.

Uma outra perspectiva igualmente importante sobre as políticas sociais, apesar de ser em parte contraditória a anterior, é a de que sua implantação também é fruto da luta da classe trabalhadora por direitos sociais, não reduzindo esse fato apenas a uma determinação econômica das políticas sociais, mas também a uma política (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Quando articuladas, às políticas sociais e o processo de regulamentação da força de trabalho revelam um aspecto imprescindível dentro da lógica capitalista: o controle das relações sociais de produção, seja através do nível ideológico, do político ou da dominação econômica (PAIVA; OURIQUES, 2006). Ocorre, desta maneira, “[...] um vínculo genético entre as políticas sociais no capitalismo e os processos de legitimação que o Estado e as classes dominantes programam junto às classes assalariadas” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 169).

O Estado organiza suas ações de acordo com as exigências da acumulação ampliada do capital, não podendo desconsiderar a dimensão de luta de classes, o seu papel na sociedade. Marx (1974 apud PAIVA; OURIQUES, 2006) destaca o primado da produção em relação a circulação e a distribuição, dentro da totalidade concreta do modo de produção dado, insistindo não apenas na ação mútua que se dá entre essas três determinações primordiais no âmbito econômico, mas também levando em consideração que qualquer totalidade resulta em várias determinações, criando assim uma unidade contraditória, e que justamente através dessa contradição, decorrem os processos de estruturação e de desestruturação dessa totalidade.

Paiva e Ouriques (2006) levantam uma importante questão sobre a totalidade contraditória: “[...] em que medida a discussão da propriedade e suas conexões com a reprodução das relações de exploração podem ser referências fundamentais para se pensar e atuar no campo das políticas sociais?” (p. 169). De acordo com os autores, nos meios burocráticos e acadêmicos, se dá um estatuto exclusivamente normativo a política social, como se ela fosse um simples mecanismo de intervenção estatal, exclusivamente técnico. Desta forma, nega-se os conflitos próprios do antagonismo da relação capital x trabalho, que encontra na propriedade privada (fundiária e dos meios de produção), sua base material estrutural (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Ao admitirmos que as políticas sociais estão inscritas como um processo determinado pelos antagonismos da relação capital x trabalho, seria preciso o reconhecimento de que as modificações na correlação de forças na esfera das relações de reprodução social, resultante dos processos políticos em torno dos direitos sociais, não conseguindo de fato intervir de maneira decisiva na luta de

classes, ou melhor dizendo, no combate á exploração capitalista e às relações de propriedade e poder sobre as quais se estruturam (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Segundo Marx, “as relações de propriedade privada são o trabalho, o capital e as interconexões entre os dois” (MARX, 2002, p.129 apud PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170), o que deixa bem visível a centralidade da propriedade privada “[...] tal qual mediação particular na totalidade do processo de produção capitalista” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170). Os autores destacam a importância dessa análise:

Mesmo que pontualmente, a remissão a essa análise torna-se valiosa para auxiliar na recomposição das contradições que perpassam a relação entre as esferas da produção e da reprodução social da riqueza e da pobreza, cenário concreto que estabelece os parâmetros de regulação do conflito entre capital e trabalho, na forma de políticas sociais. A mútua interconexão entre as duas dimensões do processo de valorização encontra, pois, na manutenção das relações de propriedade na sua forma capitalista assim privada, a demarcação objetiva para sua reprodução (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170).

Não existe qualquer possibilidade de mudança no estatuto de propriedade privada dentro da sociedade capitalista, de uma alteração na organização dos meios de produção sobre o princípio da propriedade socializada. Isso nos leva a constatação de que dentro da ordem burguesa, as políticas sociais sempre serão limitadas, nunca alcançarão todo o seu potencial transformador. O que não quer dizer que as contradições da disputa política entre as classes sociais em relação a expansão dos direitos sociais e das respostas dadas pelo Estado em relação ao enfrentamento da questão social, seja inválido (PAIVA; OURIQUES, 2006).

A classe trabalhadora latino-americana é historicamente uma classe aguerrida, que apesar de toda a exploração que sofreu durante os séculos, sempre se manteve na luta diária por melhores condições de vida, e mesmo não sendo possível a alteração do estatuto de propriedade por meio das medidas de políticas públicas, isso não anula todo o potencial político do processo de disputa resultante da luta dos trabalhadores por seus direitos (PAIVA; OURIQUES, 2006). As políticas sociais, apesar de serem incapazes de sozinhas ultrapassarem o estatuto da propriedade privada, “[...] revelam-se como mediações fundamentais para a luta, no âmbito do reconhecimento progressivo dos direitos sociais dos trabalhadores” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170).

Ainda em relação ao estatuto da propriedade privada, Paiva e Ouriques (2006) destacam que embora não apareçam como conflito direto na relação capital x trabalho, é sobre o próprio estatuto da propriedade privada que são realizadas e aprovadas as regulações econômicas da produção e acumulação capitalista, e sobre essa questão, nos colocam como alternativa:

1) as transformações ocorridas no processo distributivo são minimizadas ou abandonadas, restabelecendo-se o primado exclusivo da lógica da produção capitalista; ou 2) essas transformações da distribuição permitem uma ruptura com essa lógica, criando as condições para a emergência de um novo modo de produção (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170).

É importante frisarmos que mesmo dentro do Estado burguês, ao longo das décadas, a classe trabalhadora através de sua luta por melhores condições de trabalho, por direitos sociais, civis e políticos, assim como através da luta pelo acesso à riqueza social, construiu bases para uma democracia proletária, através de instituições, como partidos políticos da classe trabalhadora, sindicatos e cooperativas (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Apesar de suas limitações, principalmente no contexto atual de América Latina, essas e demais instituições organizadas e comandadas pela classe trabalhadora, são importantes ferramentas para a classe trabalhadora dentro do capitalismo, para a melhoria de suas condições de vida e trabalho, assim como podem ser bases sólidas na luta para a superação do sistema capitalista.

Dessa forma, para nos aprofundarmos ainda mais na discussão acerca das políticas sociais, sua densidade político-emancipatória, se faz necessária a crítica aos mecanismos utilizados no processo de produção de mais-valia na realidade latino-americana, de forma que possamos compreender as características e determinações específicas das políticas sociais na região, que são determinadas por sua formação social capitalista “[...] nos marcos do subdesenvolvimento, que, mais do que em qualquer outro contexto, desnudam os limites das soluções reformistas e pseudo-integradoras, nos moldes do que hoje se atribui às mal denominadas políticas de “inclusão social” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 171).

Na América Latina as estruturas de poder político e econômico definiram padrões desiguais de usufruto da riqueza, assim como processos cada vez mais desfavoráveis de ingresso ao trabalho. As modalidades de acumulação e de

exploração da força de trabalho adicionam novas contradições a incapacidade do capitalismo “[...] de organizar de forma clássica os mercados – com acesso quase-pleno ao trabalho e certo nível de renda – na proporção de seu desenvolvimento, reproduzindo em escala crescente a tendência ao pauperismo” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 171).

A forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo, é considerado por Paiva e Ouriques (2006) como um elemento básico da lógica de modernização capitalista na América Latina, com a atual fase de acumulação de capital na região indicando claramente que o mercado interno perde dinamismo para o mercado externo, sendo essa a razão pela qual os direitos sociais são considerados apenas como custos.

Dessa forma os países latino-americanos entram no circuito capitalista internacional em condições inferiores para competir com os países centrais, uma condição que é até os dias de hoje, é insuperável, e não apenas pelo atraso no processo de modernização, com o reduzido alcance no desenvolvimento das forças produtivas, que se deu a partir da década de 1930, mas pela tardia entrada no mercado mundial (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Para compensar esse déficit, as classes dominantes latino-americanas têm utilizado a superexploração do trabalho, através da intensificação dos processos de extração de mais-valia possíveis, especialmente pelo rebaixamento salarial e pelo elevado índice de trabalhadores desempregados ou inseridos em subempregos. Com esse modelo econômico periférico e dependente, a América Latina reserva para seus trabalhadores uma condição de informalidade e desemprego, onde não há sequer vínculo salarial ou acesso à proteção social disponíveis para a classe trabalhadora na região (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Grande parte da classe trabalhadora latino-americana enfrenta ainda a pobreza e a miséria, e acaba sendo negligenciada pelo Estado, com a ausência de políticas sociais. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o atual estágio de produção e acumulação de riquezas para a região, é a principal razão para o empobrecimento e aumento da desigualdade social na América Latina (PAIVA; OURIQUES, 2006). “O desenho das políticas sociais subordinadas a esta lógica reproduz igualmente as orientações desde fora, e o esboço de proteção social

permitido não vai além das ações focalistas e pontuais somente ofertadas nas situações extremas” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172).

De acordo com Paiva e Ouriques (2006), a incipiência dos direitos sociais na América Latina, não é resultante das restrições de orçamento, da sua institucionalidade burocratizante, tampouco advém da incapacidade política da classe trabalhadora na defesa de seus interesses, mas está centralizada na luta de classes, tendo como obstáculo para sua construção, a perpetuação da dependência:

A diferença do que acontece nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está sujeita à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação exportação-importação: ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor da exportação e das importações, isto é, o excedente aplicável, sofre, pois, a ação direta de fatores externos à economia nacional (MARINI, 1999, p.115 apud PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172).

“Os sistemas de seguridade socializam a toda a sociedade os custos da exploração pelo capital da vida útil do trabalhador” (NETTO, 2011 apud SOUZA, 2016), mas nos países latino-americanos são excludentes e agravam a condição de miséria dos trabalhadores na região, que além de ter parte do valor necessário para reprodução apropriado pelo capital, terá também pelo Estado, através da tributação para formação do fundo público (BEHRING, 2010 apud SOUZA, 2016).

Com os custos de formação do fundo público sendo socializados com toda classe trabalhadora “[...] ao incidir impostos sobre o consumo de mercadorias – e de forma mais acentuada sobre os produtos da “cesta básica”, [...] os sistemas de seguridade, objetivados via fundo público” (SOUZA, 2016, p. 56), não são somente excludentes, mas operam através de mecanismos capazes de aumentar ainda mais as condições de miséria e pauperização dessa grande parcela de trabalhadores que não são beneficiados, mas que ainda sim pagam os custos da formação desse fundo (SOUZA, 2016).

É preciso ter em conta que grande parte dos trabalhadores latino-americanos está fora do sistema de proteção social, por estarem na informalidade, esta que teve grande aumento no Brasil em 2019, atingindo segundo dados divulgados pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “41,4% da população ocupada, ou 38,8 milhões de brasileiros” (CARTA CAPITAL, 2019).

Mesmo aquela parcela de trabalhadores que se beneficia de alguma forma dos sistemas de seguridade também está em um processo desigual de apropriação do fundo público, “[...] pois o caráter subordinado das economias dependentes na sua vinculação com o imperialismo coloca a dependência econômica em patamares extremos via criação e perpetuação da dívida pública” (SOUZA, 2016, p. 56).

Na América Latina a divisão do fundo público sempre é feita de forma desigual, com o pagamento da dívida sendo sempre priorizado em vez dos gastos sociais, “[...] reverbera daí a não garantia, pelo Estado, dos níveis mínimos de proteção social ao conjunto da classe trabalhadora que possam mediar de maneira menos opressora os interesses conflitantes” (SOUZA, 2016, p. 56).

2.1 A atuação dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente

Compreender dentro de quais condições as políticas sociais estão inseridas na realidade brasileira, nos ajuda a avançar no objetivo de situar a atuação profissional dos assistentes sociais nas políticas sociais no capitalismo dependente, sendo necessárias ainda, algumas mediações. Para isso, partiremos inicialmente, de uma breve análise histórica da profissão de Serviço Social no Brasil, sua emergência e institucionalização, o mercado de trabalho dos assistentes sociais ao longo das décadas, assim como as mudanças na forma de enfrentamento da questão social, fazendo-se necessário o esforço de situarmos o Serviço Social na sociedade capitalista através do entendimento de seu significado social, e como sendo um dos elementos participantes “[...] da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77).

Nesse sentido, é preciso compreender como está situado o Serviço Social na reprodução das relações sociais, essa que entendemos como:

[...] a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida, que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade, [...] expressando-se tanto

no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc., como também na profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 79).

Durante o período de desenvolvimento do capitalismo industrial e da expansão urbana, com a constituição e expansão das classes antagônicas, o Serviço Social se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, participando dos mecanismos de dominação e exploração da classe dominante, em contrapartida através da mesma atividade dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Dentro desse contexto em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, emerge a “questão social” em uma outra roupagem, questão social essa, segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p.84) “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”.

O Estado como nova forma de enfrentamento da questão social, passa a regulamentar o mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista, além de gerir a organização e prestação dos serviços sociais. Em outras palavras, o Estado passa a intervir diretamente na relação empresariado e proletariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Com o “[...] desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e sua conseqüente potenciação, modificam-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 85), ao mesmo tempo que existe uma mudança de posicionamento e ação dentro dos diversos blocos de poder da classe dominante em relação a questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). São mudanças importantes no enfrentamento da questão social, com o Estado passando a ser protagonista.

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho

expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 85).

É nesse contexto de ampliação da ação do Estado junto a sociedade civil, que o Serviço Social se afirma como profissão a partir da maior relação com o setor público, não sendo possível desconsiderar a grande inserção de assistentes sociais no setor privado e, estando em ambas na condição de trabalhador assalariado. Desta maneira, ao pensarmos a profissão de Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, é preciso ter a clareza de que a atividade profissional do assistente social não se encerra em si mesma, que existe uma organização institucional na qual o profissional está vinculado, e que precisa dar respostas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O assistente social é um trabalhador assalariado, que “[...] vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expresso no preço de sua força de trabalho, o salário ou proventos” (IAMAMOTO, 2009, p. 13). No circuito do valor, o produto que todo trabalhador assalariado produz para si, é equivalente aos seus próprios meios de vida, e “[...] o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio” (IAMAMOTO, 2009, p. 13).

Em virtude disso, o caráter social desse trabalho acaba assumindo uma dupla dimensão:

(a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências e da tecnologia; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (IAMAMOTO, 2009, p. 13).

Nesse sentido, “o assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada, [...] ela é produto da formação universitária que o capacita a realizar um ‘trabalho complexo’” (IAMAMOTO, 2009, p. 13). A mercadoria força de trabalho do assistente social é uma potência, se transformando em trabalho apenas quando é aliada aos meios necessários para sua realização, sendo grande parte desses

meios, monopolizados por seus empregadores, como: recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais (IAMAMOTO, 2009).

Ao ingressar no seu campo de trabalho, o assistente social o faz como parte de um coletivo de trabalhadores que efetiva as ações institucionais, onde o resultado dessas ações é resultado de um trabalho combinado ou cooperativo, assumindo variados perfis nos mais diversos espaços ocupacionais. A forma com que esse profissional estabelece relação com o seu objeto de trabalho – as expressões da questão social, é sujeito ao modo de como o seu empregador estabelece as demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2009).

Portanto, não cabe ao assistente social o papel de “salvador da pátria”, como se suas ações isoladas transformassem a sociedade por si só, tampouco é correto limitar o profissional a uma ação burocratizada, apesar de estar inserido nas relações contraditórias da sociedade capitalista, e possuir uma autonomia relativa em suas ações.

O Serviço Social no Brasil é regulamentado como profissão liberal, apesar do assistente social não exercer independentemente suas atividades, no sentido de ter completo controle sobre seu exercício profissional, no que se diz respeito a jornada de trabalho, nível de remuneração, tampouco a “escolha do público” a ser atendido (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Porém isso não exclui outras características que marcam uma prática liberal, como “[...] a reivindicação de uma ontologia (Código de Ética), o caráter não rotineiro da intervenção, viabilizando aos agentes especializados uma certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções intelectuais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 87). Destacamos igualmente a relação do assistente social com os usuários, o contato direto com eles, o que possibilita repensar na forma de intervenção, na maneira de se interpretar o papel profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ainda em relação a autonomia do assistente social, lamamoto (2009, p. 15), traz um outro importante apontamento sobre a questão:

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

Cabe destacar a “certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções intelectuais” por parte dos assistentes sociais, que na sua qualidade de intelectual tem a linguagem como instrumento básico de trabalho, e se apropria de conhecimentos acumulados socialmente e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar sua intervenção. O Serviço Social não tem “status” de ciência, porém isso não impede que o profissional produza conhecimento científico (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O Serviço Social tem sua origem no Brasil fortemente vinculada a Igreja Católica, que “[...] conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 89-90), com a atividade profissional tendo um caráter missionário. Dentro desse contexto o Serviço Social era legitimado, com a profissão em seguida sendo chamada a atuar junto a classe trabalhadora de maneira mais efetiva, a serviço do Estado e do empresariado, “[...] que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e institucionalização do Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 90).

Apesar da atuação próxima a classe trabalhadora, a demanda profissional que chega aos assistentes sociais não vem diretamente dos trabalhadores, mas sim do patronato, que é quem remunera os profissionais. Nesse sentido cabe apenas ao usuário, que até então era chamado de “cliente”, aceitar ou não os serviços oferecidos, não existindo a possibilidade desses usuários trazerem efetivamente suas demandas para serem atendidas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A partir do momento que tem sua força de trabalho mercantilizada, inserido em uma relação de compra e venda de mercadorias, o Assistente Social passa a receber um salário, que é “[...] preço de sua mercadoria força de trabalho em troca

de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 92). Para Iamamoto e Carvalho (2014, p. 92) é possível afirmar que “[...] o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor”. Em contrapartida, a autora destaca que:

Embora não ocupe uma posição na produção *stricto sensu*, como o que ocorre com outras profissões de caráter técnico, isto não significa seu alijamento da produção social em sentido amplo. Ora, o alvo predominante do exercício profissional é o trabalhador e sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção. É dele ou, mais precisamente, de sua força de trabalho em ação, que depende não apenas a transferência do valor contido nos meios de produção ao produto, mas a criação de novos valores, os quais são realizados por intermédio da venda das mercadorias (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 92).

É importante ressaltar que a profissão de Serviço Social apesar de não se dedicar a funções diretamente produtivas, e podendo ainda ser caracterizada como um trabalho improdutivo, está inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo sua importância no movimento do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). “Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 93).

Com o aumento da pauperização da classe trabalhadora através de maior exploração da força de trabalho, cabe ao Estado um maior papel na “conservação” da reprodução da força de trabalho, não apenas por meio dos direitos trabalhistas, mas também pela prestação de serviços por intermédio das políticas sociais. O Serviço Social é participante no planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais destinados aos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O Assistente Social é chamado então “[...] a constituir-se no agente institucional de ‘linha de frente’ nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 121). A instituição empregadora do assistente social lhe atribui a função de selecionar aqueles que possuem ou não o direito de participar dos programas propostos, tendo que escolher dessa forma aqueles mais

necessitados, pois não existe uma rede de equipamentos sociais que possa atender a toda a população que demanda por serviços sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2014) definem a intervenção do profissional de Serviço Social como uma “fiscalização da pobreza”, comprovando essa condição através de “[...] dados objetivos e in loco, quando necessário, evitando assim que a instituição caia nas ‘armadilhas da conduta popular de encenação da miséria’, ao mesmo tempo em que procura garantir [...] o emprego ‘racional’ dos recursos disponíveis (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 121).

Da mesma forma que a demanda está direcionada, “[...] no sentido de contribuir para potencializar e agilizar os atendimentos, garantindo a produtividade do trabalho, quantitativamente avaliada, de modo a favorecer a rotatividade da população nos programas estabelecidos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 121).

Pela relação próxima aos usuários, o Assistente Social normalmente é responsável por repassar as informações sobre a situação social dos usuários para os demais técnicos que trabalham na entidade, assim como para a própria entidade de maneira geral, e da mesma forma é o responsável do repasse de informações sobre o funcionamento dessa entidade para a população atendida (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O profissional de Serviço Social também é chamado a “persuadir” o usuário para que este possa “[...] aceitar as exigências normativas e regulamentares de funcionamento da entidade como as prioridades dos programas estabelecidos pelo órgão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 122). É somado a isso, outra ação, que segundo Iamamoto e Carvalho (2014, p. 122), é a ação “educativa”, esta que

[...] incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio-institucionais dominantes. Importa que as diretrizes institucionais sejam transmitidas como necessárias e válidas tanto para o ‘cliente’, como para a garantia de eficiência dos serviços, transformando o caráter impositivo da normatização em algo internalizado e aceito voluntariamente por aqueles a quem se dirige e aos quais não foi dada a oportunidade de opinar. Por outro lado, a estratégia de individualização dos atendimentos possibilita aliviar tensões e insatisfações, efetivas ou potencialmente existentes, canalizando-as para sua neutralização dentro de medidas oficialmente estabelecidas, isto é, submetendo-as ao controle institucional.

Estas características da prática profissional do Assistente Social utilizadas para atender as demandas que chegam nas organizações institucionais, onde estes profissionais estão inseridos como trabalhadores assalariados, citadas anteriormente, não dão conta de explicar a totalidade do trabalho técnico dos profissionais de Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Um dos elementos fundamentais na ação profissional dos assistentes sociais é o da reflexão crítica e comprometida do cotidiano, esse que Iamamoto e Carvalho (2014, p. 123) se referem como “[...] o ‘solo’ da produção e reprodução das relações sociais”, onde se expressam as particularidades de vida da classe trabalhadora. É através desse processo reflexivo crítico e comprometido do cotidiano, que o Assistente Social supera a ação profissional pragmática, e se compromete a intervir de forma qualificada junto a classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ao atuar no intermédio entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, o assistente social “[...] coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 19). Dessa forma, temos duas possibilidades, ambas em relação a atuação profissional do assistente social, que pode ter uma intervenção baseada em condutas autoritárias e burocráticas, sendo uma extensão do braço coercitivo do Estado ou da empresa. Ou pode criar possibilidades para o acesso da população usuária aos recursos e serviços, acumulando informações sobre as expressões contemporâneas da questão social através do estudo social (IAMAMOTO, 2009).

Neste capítulo trouxemos a discussão sobre a atuação profissional dos assistentes sociais no Brasil, bem como sobre o entendimento acerca das políticas sociais no capitalismo dependente, que nos serviram como norte para localizarmos como e onde os assistentes sociais brasileiros atuam, o papel do Estado dependente, de modo a propiciar os elementos necessários para a continuidade de nosso estudo, e para que possamos elaborar reflexão sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, com base na TMD, e tendo como referência empírica a experiência do estágio realizado no CRAS Rio Tavares. Esse processo será realizado no capítulo seguinte do TCC.

3. REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CRAS RIO TAVARES

Neste capítulo será elaborada reflexão sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais através de algumas mediações teóricas com base na TMD, tendo como referência empírica a experiência do estágio realizado no CRAS Rio Tavares, com a utilização de materiais produzidos durante o período de estágio na instituição – como o Relatório Final de Estágio, Projeto de Intervenção e Diários de Campo. Deste modo, para melhor compreensão, separamos esta etapa de nosso trabalho em três subcapítulos, onde o 3.1 traz uma breve caracterização do CRAS, em seguida no 3.2, fazemos uma contextualização do processo de estágio realizado no CRAS Rio Tavares, para enfim, no subcapítulo 3.3, alcançarmos o objetivo principal proposto nesse trabalho, o de refletir sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais a partir da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares.

3.1 O CRAS Rio Tavares

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF), a Assistência Social passa a integrar a Seguridade Social, juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, sendo desta forma uma política social pública. A LOAS estabelece a organização da Assistência Social, e regulamenta os pressupostos constitucionais dos artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos a assistência social, assim como institui os benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao atendimento de parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2005).

A gestão dos serviços da Assistência Social é organizada por um sistema descentralizado e participativo, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que articula os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) para a execução e financiamento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2005).

Através da Resolução nº 109 de dezembro de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a Tipificação Nacional de Serviços

Socioassistenciais organizados por níveis de complexidade do SUAS, em Proteção Social Básica, que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, sendo por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2009).

No município de Florianópolis, é a partir da LOAS, em 1993, que se intensifica a discussão acerca da política de assistência social, com a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social criando programas para o atendimento de crianças e adolescentes, programas voltados para o combate à desnutrição infantil, assim como foram feitas parcerias com algumas instituições para a inserção da população considerada de baixa renda no mercado de trabalho (MARTINI, 2017 apud FLORIANÓPOLIS, 2010).

Nos anos seguintes a assistência social no município de Florianópolis foi se desenvolvendo, com a criação dos Conselhos Tutelares (1993), do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (1996), em 2000 do Programa Sentinela, programa que atendia crianças, adolescentes e suas famílias vítimas de violência, assim como a criação do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF), para atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social, a Casa de Passagem, e o Programa de Abordagem de Rua (MARTINI, 2017).

No ano de 2001 foi criada a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, que manteve programas e ações da assistência social no município de Florianópolis, mas com ênfase em ações voltadas para a questão habitacional. A partir da PNAS de 2004, com a gestão do SUAS sendo de responsabilidade dos municípios, a PNAS determina que a gestão da assistência social deve ter três níveis de atuação, de acordo com a capacidade de gestão do município: inicial, básica e plena. O município de Florianópolis realiza a gestão plena do SUAS, tendo a responsabilidade de organizar e gerir a gestão da Assistência Social no município, coordenando a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. No ano seguinte, a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e

Desenvolvimento Social foi dividida em Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIFDS) (MARTINI, 2017 apud FLORIANÓPOLIS, 2010).

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica, atuando como a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), cabe a Proteção Social Básica, ou seja, ao CRAS, realizar os serviços relacionados ao PAIF, que atua no sentido de prevenção e superação das desigualdades e exclusões sociais (SIMÕES, 2009).

Em 2004, o município de Florianópolis que é considerado município de grande porte, ou seja, aquele que tem uma população entre 100.001 e 900.000 habitantes, é obrigado a implementar um número mínimo de quatro CRAS, cada um referenciando até 5.000 famílias. Com o repasse de 50% dos recursos para implantação dos CRAS pelo Governo Federal, amplia-se o número de CRAS para cinco (CRAS Centro I, na Prainha, CRAS Continente I, no Estreito, CRAS Continente II, em Capoeiras, CRAS Norte I, em Canasvieiras e, CRAS Sul I, no Saco dos Limões), com a contratação de equipes mínimas (um assistente social, um psicólogo e um auxiliar administrativo) para compor cada equipe de referência nos CRAS (MARTINI, 2017).

Apesar da implantação dos CRAS, o município de Florianópolis não se adequou completamente à proposta do SUAS, apresentando irregularidades, principalmente ao que se diz respeito a estrutura física, composição das equipes dos CRAS e na organização da Proteção Social Especial. Desta forma, em 2007, a SMCAIFDS passa por uma nova reestruturação, com sua nomenclatura sendo modificada para Secretaria Municipal de Assistência Social, e em 2009 novamente modificada para Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude. Apenas em 2010 passou a denominar-se SEMAS, que é vigente até os dias de hoje (MARTINI, 2017).

No início do ano de 2011 houve a ampliação do número de CRAS no município de Florianópolis, passando de cinco para um total de treze equipamentos.

Hoje temos um total de dez CRAS, distribuídos entre os Distritos Sanitários da seguinte maneira: dois no DS Centro, CRAS Centro I e CRAS Centro II; dois no DS Continente, CRAS Continente I e CRAS Continente II; três no DS Norte, CRAS Norte I, CRAS Norte II e CRAS Norte III; e três no DS SUL, CRAS Sul I, CRAS SUL II, e CRAS Sul III (MARTINI, 2017).

O CRAS Rio Tavares (CRAS SUL III), é uma das dez unidades de CRAS do município de Florianópolis, localizado na Rodovia Francisco Thomaz dos Santos, nº 675, no Bairro Morro das Pedras, abrangendo parte dos bairros do sul da ilha de Florianópolis, quais sejam: Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Cachoeira do Rio Tavares, Campeche, Areias do Campeche, Morro das Pedras, Lagoa do Peri, Sertão do Peri, Armação do Pântano do Sul, Costa de Dentro, Costa de Cima, Pântano do Sul, Açores, Solidão. (PASCOAL, 2018).

Foi nessa instituição que se deu o meu processo de estágio, no período de um ano e meio, e onde foi possível apreender muitos elementos relacionados a atuação profissional dos assistentes sociais, seu processo de trabalho, as condições de trabalho da equipe de referência, as demandas trazidas pelos usuários, a própria condição desse usuário como trabalhador e sujeito de direito, e demais outros elementos que subsidiaram os documentos produzidos durante essa experiência no CRAS Rio Tavares.

3.2 A experiência de estágio no CRAS Rio Tavares

Durante a construção do Relatório Final de Estágio, foi preciso rememorar toda a experiência de estágio que se deu ao longo de um ano e meio, todos esses elementos citados no subcapítulo anterior, e alguns mais, mas não apenas isso, foi necessário recorrer as principais referências teórico-metodológicas adotadas ao longo do estágio para que fosse possível fazer a mediação entre a teoria e a prática, para conseguir elaborar o documento.

O trabalho foi dividido em alguns itens, tais como: análise do Projeto de Intervenção; avaliação do desenvolvimento das atividades; principais referências teórico-metodológicas adotadas ao longo do estágio; avaliação das metas indicadas no Projeto de Intervenção, monitoramento e avaliação do Projeto de Intervenção;

condições institucionais para as atividades previstas no Projeto de Intervenção; os desafios e potencialidades para o Serviço Social no CRAS Rio Tavares e avaliação do processo de aprendizado. Os dois itens de mais destaque no Relatório Final de Estágio, no sentido de sintetizarem de maneira geral todo processo de estágio, foram “os desafios e potencialidades para o Serviço Social no CRAS Rio Tavares” e “avaliação do processo de aprendizado”.

No primeiro foi possível expor as minhas impressões sobre a instituição, impressões passíveis de erros, pois a atual conjuntura não está nada fácil de compreender, porém sempre utilizando como subsídio a literatura de Serviço Social utilizada na graduação. Entender os desafios e potencialidades que o CRAS Rio Tavares possui, deu um panorama de tudo que já é feito pelos profissionais da instituição, principalmente os assistentes sociais, assim como questões que ainda podem ser melhoradas, toda a potencialidade daquele espaço sócio-ocupacional.

Na avaliação do processo de aprendizado, foi possível trazer vários momentos vivenciados durante a trajetória de graduando do curso de Serviço Social, todas as dificuldades de ingressar na universidade na condição de estudante/trabalhador, assim como todos os aprendizados que tive na interação com professores e colegas de curso. Foi nítido todo o progresso obtido como estudante, futuro assistente social e como ser humano, principalmente após a experiência de estágio no CRAS Rio Tavares.

Já no Projeto de Intervenção, existiram dois momentos que apesar de parecerem ser processos distintos, são na verdade indissociáveis: o processo de elaboração e o de execução do projeto. Ambos proporcionaram uma importante aproximação com a atuação profissional dos assistentes sociais, seja quando foi preciso refletir sobre o objeto de intervenção, o planejamento das etapas de elaboração do projeto, de monitoramento, na formulação das metas a serem alcançadas, ou finalmente na execução do projeto. Todos esses processos fizeram parte de uma unidade, não se materializariam de forma isolada.

O Projeto de Intervenção teve como principal objetivo a caracterização do perfil dos usuários da Política de Assistência Social do Município de Florianópolis, que foi realizada através da coleta de dados referentes a planilha do Cadastro Único – CadÚnico do município de Florianópolis, além de contribuir para a qualificação de

propostas/projetos de ação coletiva; contribuir para a análise da conjuntura nacional e municipal; além de dar visibilidade aos segmentos empobrecidos. Através desses objetivos, a intenção era a de conhecer e compreender de maneira mais ampla a realidade da população atendida, reunindo elementos para futuras intervenções sob a ótica da equidade e justiça social, e com o objetivo de assegurar a universalidade do acesso aos direitos, bens e serviços relacionados aos programas e políticas sociais (PASCOAL, 2018).

A ideia inicial do Projeto de Intervenção era conseguir os dados dos usuários através do Prontuário SUAS - que eram as fichas dos usuários atendidos no CRAS Rio Tavares, sendo assim seria feita a caracterização dos usuários do CRAS Rio Tavares, algo mais restrito em relação a ideia final, mas não foi possível ao verificarmos que os prontuários não tinham todas as informações de que precisávamos para realizar a caracterização dos usuários (PASCOAL, 2018).

Podemos destacar como principal motivo dos prontuários dos usuários não estarem totalmente preenchidos, o fato deles serem extensos, e ainda necessitarem de preenchimento manual – não sendo informatizado, necessitando assim de muito tempo para a execução dessa função. Com o CRAS Rio Tavares tendo uma grande demanda de usuários, ficava inviável para a equipe de referência – reduzida, conseguir preencher todo o prontuário, e dar conta ao mesmo tempo de toda a demanda trazida pela população atendida (PASCOAL, 2018).

3.3 As condições de trabalho dos assistentes sociais

Desde o início do período de estágio no CRAS Rio Tavares, foi possível fazer algumas observações sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, assim como as condições materiais/físicas da instituição – ambas eram precárias. As observações feitas de forma isolada não confirmam nada concretamente, foi através dos relatos da equipe de referência, durante as reuniões periódicas, juntamente com o estudo da literatura específica, que foi possível constatar as minhas impressões sobre a instituição (PASCOAL, 2018a).

O CRAS Rio Tavares não tinha sede própria, o imóvel que era alugado, sofria com sérios problemas estruturais, como: ambiente escuro e pouco arejado;

problemas na rede elétrica; pouco espaço físico disponível para realizar as atividades da instituição – assim como não existia uma sala de atendimento própria para cada profissional; frequente infestação de insetos; inexistência de uma rampa de acesso para cadeirantes na instituição, dentre outras (PASCOAL, 2018a)

Podemos somar a estes problemas, questões que não são próprias do imóvel, que estão relacionadas aos escassos recursos financeiros repassados para o CRAS, e que refletem nas condições de trabalho dos profissionais, assim como rebatem nos usuários, tais como: poucos computadores em funcionamento – com os profissionais recorrendo ao uso do seu computador pessoal para o trabalho; falta de Toner para as impressoras; apenas um telefone disponível para toda a instituição – que ainda não era localizado na recepção; inexistência de um sistema informatizado de atendimento aos usuários – onde os prontuários físicos dos usuários são guardados em armários, localizados na sala onde são realizadas reuniões, acolhimentos e grupos, ou seja, os dados os usuários não estão protegidos e, etc. (PASCOAL, 2018a).

Estas condições precárias de trabalho se intensificaram após o golpe na presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, com grandes consequências para a classe trabalhadora, e ataques significativos as políticas sociais. Segundo Braz (2017 apud PASCOAL, 2018a, p. 8) o golpe resultou em uma agenda regressiva para a classe trabalhadora, atendendo a quatro objetivos centrais:

Recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos no sentido de retomada, em condições ótimas, da sua dominância imperialista em nosso subcontinente; reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho com base em novas formas de combinação de mais- -valia relativa (incremento tecnológico para reduzir trabalho necessário e baratear a reprodução social da força de trabalho) e mais-valia absoluta (sobretudo via flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador); implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país; readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar condições para um ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores (BRAZ, 2017, p. 95 apud PASCOAL, 2018a, p. 8-9).

No CRAS Rio Tavares, as consequências do golpe para a classe trabalhadora foram visíveis, tanto pela piora das condições de trabalho da equipe técnica, como

através do elevado número de demandas trazidas pelos usuários, estas dadas em grande parte pela situação de desemprego, informalidade ou pela força de trabalho³ sendo paga abaixo de seu valor, não conseguindo suprir suas necessidades básicas⁴ de vida, resultando em uma condição de vida degradante, obrigando-os a buscarem os serviços socioassistenciais como única alternativa de sobrevivência (PASCOAL, 2018c). As condições de vida da classe trabalhadora vêm se agravando nos últimos anos, mas não podemos deixar de frisar que em maior ou menor grau, essas condições são inerentes aos países dependentes.

[...] a manifestação da lei geral da acumulação de capital nas economias latino-americanas, a partir do fundamento da dependência, ou seja, da superexploração da força de trabalho, é a dificuldade de realização da produção internamente, a produção cada vez maior de mais-valia extraordinária, o aumento no exército industrial de reserva e a conseqüente deterioração das condições de vida das massas. Aqui, os mecanismos utilizados no processo de extração da mais-valia pelas burguesias locais traduzem-se na realidade cotidiana dos trabalhadores em elevados índices de pobreza e miséria, em virtude do desemprego estrutural, do subemprego, do trabalho informal, do rebaixamento salarial e da ampliação da jornada de trabalho (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 171).

O modelo econômico periférico e dependente dos países latino-americanos, evidencia a classe trabalhadora não como sujeito de direitos, mas sendo composta por muitos trabalhadores informais e desempregados, onde não há sequer algum

³ O valor diário da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência e a reprodução do seu possuidor, como as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, educação, saúde etc. (OSORIO, 2009).

O valor diário da força de trabalho é calculado ao se considerar o tempo de vida útil dos trabalhadores e de vida média total, baseado nas condições existentes na época. Deste modo, se um sujeito pode trabalhar por trinta anos sob condições normais, o pagamento diário da força de trabalho deve possibilitar a esse sujeito sua reprodução, de maneira que possa se apresentar no mercado de trabalho durante estes trinta anos, além de o permitir viver por um determinado número de anos sua aposentadoria em condições normais, e não menos que isso (OSORIO, 2009).

⁴ As necessidades básicas da classe trabalhadora não são as mesmas de outros períodos históricos, porque variaram para a sociedade. Ter um rádio, um refrigerador ou uma televisão, por exemplo, são tão essenciais hoje quanto contar com o pão, com “desenvolvimento material da sociedade e a generalização de novos bens vão transformando estes em bens necessários em épocas determinadas” (OSORIO, 2009, p. 179). Deste modo, não é de se estranhar que em periferias urbanas pobres, bens que outrora não eram considerados essenciais, hoje se encontram aos montes, ao mesmo tempo em que essas famílias não contam com os alimentos básicos. O surpreendente não é encontrarmos esses bens nesses locais, “[...] mas que, nesse grau de desenvolvimento social, existam pessoas que não possam contar com os bens materiais básicos, próprios da época em que vivem, e satisfazer ao mesmo tempo e de maneira suficiente o resto de suas necessidades” (OSORIO, 2009, p. 179).

vínculo formal nem acesso à proteção social (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010). Uma vez que, mediante a uma maior exploração do trabalhador, a relação de subordinação com o mercado externo “[...] ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente institui, [...] o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo [...] uma intensa e crescente exploração do trabalhador (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 157), estabelecendo, particularmente, os traços da questão social na América Latina (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

São esses trabalhadores superexplorados, desprotegidos, desempregados, que procuram o CRAS Rio Tavares em busca dos serviços socioassistenciais, das políticas sociais, de algum recurso mínimo que os permita sobreviver. Durante a experiência de estágio, foi possível perceber, especificamente, como a Política de Assistência Social não consegue dar respostas satisfatórias para as demandas trazidas pela classe trabalhadora – certamente não cabe somente a ela esse papel, e se apresenta cada dia mais focalizada, deixando de prover muitos trabalhadores que dela necessitam (PASCOAL, 2018d).

Com o Estado neoliberal, as ações e estratégias sociais governamentais resultam em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do “progresso social”. Tais ações não se propõem a alterar as relações estabelecidas na sociedade. (HÖFLING, 2001, apud PASCOAL, 2018d).

Os CRAS do município de Florianópolis ficaram sem o benefício eventual de alimentação, ou cesta básica, que é oferecido em casos de “vulnerabilidade temporária” as famílias, por um período superior há dois anos, com algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) disponibilizando cestas básicas para os “casos mais extremos” (PASCOAL, 2018b).

Segundo a LOAS, Lei nº 8.742 de dezembro de 1993, os benefícios eventuais, são entendidos como “[...] as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública” (BRASIL, 1993).

Dessa forma, o Estado tem a obrigação de disponibilizar os benefícios eventuais para os sujeitos de direitos. Grande parte das solicitações de benefícios eventuais não se dá pela condição de vulnerabilidade temporária, pois essa vulnerabilidade não é mais algo pontual, ela está na estrutura das famílias atendidas pelo CRAS Rio Tavares, que solicitam o benefício de maneira frequente. Com a grande procura por cestas básicas, e com os CRAS disponibilizando poucas, os assistentes sociais são obrigados a disponibilizar o benefício para os “casos mais urgentes” – todo caso onde pessoas não possuem recursos para alimentação, é urgente, diga-se de passagem, deixando de fora várias famílias que necessitam da cesta básica.

Até o final do primeiro semestre de 2019, o CRAS Rio Tavares tinha uma demanda reprimida de mais de cinquenta famílias na espera por benefícios eventuais, com um tempo de espera médio de dois meses. A gestão da SEMAS define que a partir do segundo semestre de 2019, não existirá mais o setor de benefícios da SEMAS, que caberá a equipe de referência dos CRAS a entrega dos benefícios eventuais (PASCOAL, 2019).

Esta medida adotada pela gestão da SEMAS gerou muita discussão por parte dos profissionais do CRAS Rio Tavares, que argumentavam que devido ao aumento expressivo das demandas trazidas pelos trabalhadores, ao fato da equipe ser reduzida, e por diversos outros motivos referentes as condições de trabalho, que será inviável para a equipe de referência disponibilizar os benefícios eventuais, que essa nova atribuição compromete a qualidade dos serviços prestados aos usuários (PASCOAL, 2019).

A gestão da SEMAS ainda entendia que a equipe técnica do CRAS Rio Tavares estava com o quadro de profissionais completo em relação aos demais CRAS, que as demais instituições possuíam equipes menos estruturadas, piores condições de trabalho. Em relação a isso, os profissionais argumentavam que a gestão não pode fazer uma avaliação nesses moldes, nivelar por baixo o que se espera de um “CRAS ideal”, que deveriam buscar completar as equipes, melhorar as condições de trabalho dos profissionais, o aumento dos recursos disponibilizados, a melhoria do equipamento, e que estas ações refletiriam na qualidade dos serviços

prestados aos usuários, sendo essa a maior preocupação dos profissionais (PASCOAL, 2019).

A condição de assalariado dos assistentes sociais, seja como funcionário público ou de empresas privadas, implica na inclusão de padrões institucionais e trabalhistas reguladores das relações de trabalho, consolidados no contrato de trabalho, e que determina as condições nas quais esse trabalho se efetiva, seja na: intensidade; jornada; salário; controle do trabalho; índices de produtividade e metas a serem cumpridas (IAMAMOTO, 2008).

Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2008, p. 218-219).

Ainda que a prática profissional do assistente social tenha que dar conta das demandas institucionais, que existam limites nessa prática profissional, surgem ao mesmo tempo oportunidades para a atuação profissional através das necessidades sociais dos sujeitos de direitos, que são condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se apresentando como demandas profissionais (IAMAMOTO, 2008).

Ao ampliarmos a discussão referente a prática profissional dos assistentes sociais, partimos do ponto que o profissional é trabalhador assalariado no contexto do capitalismo dependente brasileiro, assim como os demais trabalhadores do país, não sendo alheio a superexploração da força de trabalho e todas as suas consequências. Estamos vivendo a pior ofensiva neoliberal da história do país, com um grande desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, com a aprovação da Lei da Terceirização, grandes privatizações, alto nível de desemprego, que levam milhares de trabalhadores ao desemprego, ou a informalidade, potencializando as expressões da questão social no país.

Os assistentes sociais não estão alheios a isso, além de terem como objeto de sua intervenção as expressões da questão social, toda a conjuntura atual e os mecanismos próprios do capitalismo dependente afetam diretamente o seu trabalho, assim como sua vida privada.

Nos últimos anos, muitos profissionais vinculados a SEMAS pediram exoneração de seus cargos por conta de adoecimento ocasionado pelas condições de trabalho que estavam submetidos, com o excesso de demandas institucionais e profissionais, condições materiais e estruturais de trabalho precárias, além de assédio moral sofrido por estes profissionais, que precisam além de dar respostas as demandas da instituição, seguir o projeto profissional dos assistentes sociais (PASCOAL, 2019).

Segundo Osorio (2009), a partir do momento que estamos diante de um salário que seja insuficiente, ou um processo de trabalho que exija um superdesgaste do trabalhador – seja devido ao prolongamento da jornada de trabalho, ou pela intensificação do trabalho, diminuindo assim o tempo de vida útil total e de vida total, com o capital se apropriando hoje, dos anos futuros de trabalho e de vida desse trabalhador, estamos diante de processos de superexploração da força de trabalho, tendo em vista que se viola o valor da força de trabalho, sendo negado ao trabalhador as condições necessárias para a reposição do desgaste de sua força de trabalho (OSORIO, 2009).

Deste modo os assistentes sociais estão submetidos a superexploração da força de trabalho na sua prática profissional, através do prolongamento da jornada de trabalho, como, por exemplo, durante a reposição das horas da greve do servidores públicos municipais de Florianópolis⁵, onde foi preciso repor as horas “não trabalhadas” durante o período de greve, posteriormente, prolongando assim a jornada de trabalho dos assistentes sociais.

⁵ Greve dos trabalhadores do serviço público municipal de Florianópolis ocorreu no primeiro semestre do ano de 2018, e reivindicava melhores condições de trabalho e salariais para os trabalhadores municipais, dentre outras pautas. Com o fim da greve, algumas reivindicações foram atendidas pela Prefeitura, como o reajuste no vale-alimentação de 5,1% e no vale-lanche de 6,1%, retirada do PL da Previdência, garantia de reposição da greve sem nenhuma falta injustificada e nenhuma punição, com recebimento integral do salário no final da reposição (para os grevistas), comissão para discutir eleições para diretor do quadro civil, chamamento dos aprovados em concursos públicos, reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) como único representante legal da categoria, entre outros (PASCOAL, 2018c).

Os assistentes sociais do CRAS Rio Tavares, além de sua jornada diária de seis horas – atendendo um número elevado de trabalhadores, e em condições de trabalho precárias, tiveram ainda que repor essas horas durante a semana trabalhada, com atividades extras, como, por exemplo, fazendo mutirões referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Todo esse esforço extra, gerou um desgaste além do normal para os profissionais, que já estavam sobrecarregados com as demandas rotineiras, geradas por uma ainda maior intensificação do trabalho (PASCOAL, 2018c).

É negado ao trabalhador assim, as condições necessárias para a reposição do desgaste de sua força de trabalho, com ele sendo obrigado a ter um dispêndio da força de trabalho superior ao que deveria ter normalmente, ocasionando assim um esgotamento prematuro desse, podendo produzir assim, segundo Osorio (2009, p. 177):

“[...] processos de trabalho que aumentem a jornada ou que a intensifiquem a tal ponto que – apesar dos pagamentos de horas extras ou de elevação do salário por aumento nas mercadorias produzidas – acabam reduzindo a vida útil e a vida total do trabalhador. Acontece assim porque, ainda que se possa atingir a quantidade necessária (e inclusive maior) de bens que conformam os meios de vida para assegurar a reprodução do trabalhador, este não pode alcançar as horas e os dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas. Quando isso ocorre, o salário extra só compensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado”.

Assim, o assistente social, dentro de seu processo de trabalho, lida “[...] com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classe” (IAMAMOTO, 2008, p. 220-221), atuando sobre as expressões da questão social do capitalismo dependente brasileiro, através dos instrumentais próprios da profissão, e independente de sua condição de trabalhador superexplorado.

O assistente social com sua autonomia relativa no seu exercício profissional, deve potenciá-la por meio de “[...] um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 219). Deste modo,

[...] a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (Poder Executivo e Ministério Público, Judiciário e Legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns e ouvidorias), que sofrem profundas metamorfoses sociais em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008, p. 220).

No CRAS Rio Tavares, os assistentes sociais através de seu compromisso com o projeto profissional – apesar de sua autonomia relativa, tem a possibilidade de potencializar as mais diversas atividades na instituição, como os grupos de usuários, os acolhimentos coletivos, o CLAS⁶, e demais espaços coletivos que reúnem os trabalhadores. Não é um trabalho simples, muito devido a condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais, assim como pelas próprias condições de vida dos usuários, ou pela SEMAS, representante do Estado – que atua em favor da classe burguesa, não ter a intenção de mexer nas estruturas da relação capital e trabalho (PASCOAL, 2018a).

Foi no CLAS que parte desse compromisso com a classe trabalhadora foi materializado, onde o grupo de sujeitos de direitos que fazem parte do conselho – com a orientação do assistente social que coordenava as reuniões, conseguiram elaborar uma carta/documento, por terem uma série de direitos sendo violados pelo Estado, e que após aprovação no CMAS, foi encaminhada ao Ministério Público, para que medidas cabíveis fossem tomadas (PASCOAL, 2019). Entre essas reivindicações, estão:

⁶ A primeira reunião do CLAS aconteceu no dia 14/08/18. O CLAS tem como principal objetivo a potencialização dos espaços de participação e de controle social, atuando na qualificação dos sujeitos de direito para o exercício direto da cidadania, além dos objetivos específicos, que são: prevenção das situações de vulnerabilidade e risco, através do incentivo ao protagonismo, especificamente no exercício do controle social da política de assistência social; realização da discussão da política de Assistência Social na interface com outras políticas setoriais locais e como tripé da Seguridade Social, durante o ano todo; apropriação dos instrumentos de funcionamento dos conselhos, possibilitando a criação de subsídios para o CMAS, para o PPA e Conferências; potencialização desse espaço de participação direta, através de projetos de intervenção de estagiários do Serviço Social e da Psicologia (PASCOAL, 2019).

Questionamento do critério de renda de meio salário mínimo per capita ou três salários por família para o acesso a benefícios socioassistenciais; Benefícios Eventuais modalidade “vulnerabilidade temporária”: excluir o auxílio alimentação como cesta básica e incluir em pecúnia; efetivar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; burocracia excessiva (acesso aos benefícios socioassistenciais) – alterar a Lei nº 10.444; CRAS Rio Tavares e CRAS Saco dos Limões: as técnicas de benefício volante, atendiam três horas por semana e recentemente atendem mais três horas, totalizando seis horas semanais. Em consequência, existe uma lista de espera de mais de sessenta pessoas; Benefício Eventual Situação de Emergência e Calamidade Pública – questionamento: existe uma comissão entre Defesa Civil e Alta Complexidade para planejar e prover esse Benefício Eventual? violação de direito: receber o benefício em tempo hábil (PASCOAL, 2019, p. 10-11).

A maioria das alternativas estratégicas para a garantia e ampliação dos direitos sociais na América Latina sempre esteve ligada a luta política dos trabalhadores, qualquer centímetro de avanço foi causado pela luta das massas. Devido a materialidade histórico-concreta da superexploração da força de trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora, é necessária a construção de políticas sociais a partir de um novo horizonte, que não tenham como base o mercado de trabalho formal ou que seguem os padrões ditados a partir dos organismos multilaterais (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010).

Essa política social deve ser movida pela luta entre as classes sociais, legitimada “[...] pelos Governos democráticos como engrenagens especiais para a democratização do acesso ao excedente coletivamente construído pela classe trabalhadora” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 166). Para isso, é necessário que ocorra a inversão do fluxo político-econômico característico do Estado burguês dependente, do “[...] mecanismo de financiamento da acumulação de capital em escala mundial - transformando-o, pela mobilização protagônica da população, em território de expansão das garantias e direitos sociais” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 166).

Ainda assim, é preciso estar ciente de que eventuais mudanças na correlação de forças na esfera das relações de reprodução social, resultante dos processos políticos em relação aos direitos sociais, não dispõem de capacidade orgânica para atuação decisiva nas estruturas da sociedade burguesa, ou seja, “[...] junto aos aspectos essenciais da luta de classes, no que se refere ao combate à exploração

capitalista e às relações de propriedade privada sobre as quais essa exploração se assenta” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 167-168).

Entretanto, ao passo que remetemos para a luta política o campo das políticas sociais na América Latina, estamos reconhecendo que o limite intransponível da propriedade privada não anula outras possibilidades que podem ser construídas a partir dessas políticas, principalmente no que se refere aos processos políticos que podem se desencadear a partir da agudização das contradições econômicas e sociais no terreno específico da luta de classe. No horizonte da socialização da riqueza socialmente produzida, bem como das estruturas de poder político, a política social pode ser motor de uma nova institucionalidade democrática, contribuindo para uma dinâmica de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 168).

Nesse sentido, acredito que o trabalho dos assistentes sociais do CRAS Rio Tavares caminha nessa direção, através de uma postura ética – os profissionais, ao mesmo tempo que tensionam os mecanismos da relação capital e trabalho através de sua intervenção, instigam os sujeitos de direitos para que busquem o seu protagonismo nessa luta da classe trabalhadora (PASCOAL, 2019). Dessa forma, é necessário negar a forma meritocrática e particularista de acesso aos direitos sociais, que responsabiliza os trabalhadores por sua condição de vida precária, como se essa condição fosse algo particular do sujeito, e não própria da sociedade burguesa, “[...] e que pulverizam ações fragmentadas de caráter emergencial perpetuando, assim, a subalternidade da população trabalhadora” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 167).

Conforme apontam Carvalho e Netto (2001, p. 61 apud PASCOAL, 2018b), é necessário que os assistentes sociais tenham uma direção e uma concepção clara de sua prática profissional, ela não pode ser, e nem é, neutra. Para cumprir sua função de mediadora, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo, é esta visão de mundo que, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação, e que ao não ser dessa forma, corre-se o risco de reduzir a prática profissional “à mera identificação de demandas e a seu atendimento focalizado” (SIMIONATTO, 2009, p. 101 apud PASCOAL, 2018e, p. 17).

Nesse sentido, Iamamoto (2009a, p. 18 apud PASCOAL, 2018e, p. 15-16), destaca que o projeto profissional do Serviço Social é “[...] inovador e crítico, com

fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país”, que adquire materialidade através das regulamentações profissionais, como: o Código de Ética do Assistente Social, a Lei da Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (IAMAMOTO, 2009a apud PASCOAL, 2018e).

Deste modo, elaboramos durante esse capítulo algumas reflexões sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais através de mediações teóricas com base na TMD, utilizando como referencial empírico a experiência do estágio realizado no CRAS Rio Tavares. Assim, foi possível compreender em que contexto estão inseridos esses profissionais – na relação capital e trabalho dentro das especificidades do capitalismo dependente latino-americano, que são dotados de um projeto profissional construído através de muita luta, e um trabalho cotidiano repleto de desafios e de potencialidades, principalmente através do compromisso firmado com a classe trabalhadora no Código de Ética do Assistente Social, sem perdemos de vista que esses profissionais estão na condição de trabalhadores superexplorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, a profissão vem se colocando na perspectiva crítica de sua prática profissional e tem se colocado na resistência contra a perda de direitos da classe trabalhadora em diversos períodos históricos, mesmo que esse posicionamento não seja unanimidade dentro da categoria profissional.

Na conjuntura brasileira atual, com impiedosos ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, onde tenta-se negar os direitos mais básicos a classe trabalhadora, faz-se ainda mais necessário um projeto profissional solidificado pelos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, o seu comprometimento com todos os trabalhadores.

Ao mesmo tempo que é fundamental a categoria profissional não perder de vista que, apesar de todas as conquistas alcançadas pelos assistentes sociais ao longo das últimas décadas em relação ao seu projeto profissional, que não é possível baixar os braços, pois o conservadorismo nunca deixou de estar presente na profissão, e agora mais do que nunca se revela sem nenhum pudor.

Acreditamos que em alguma medida as nossas contribuições possam contribuir para a reflexão dos profissionais de Serviço Social acerca de suas condições de trabalho, pois muitas vezes em meio ao seu trabalho cotidiano na instituição empregadora, submetidos a condições de trabalho precárias e a superexploração da força de trabalho, os profissionais acabam reduzindo todo o seu trabalho em ações burocratizadas. Dessa forma, refletir de maneira crítica e comprometida sobre as condições de trabalho, pode ajudar o assistente social a superar essa condição de mero reprodutor de demandas institucionais, apresentando-se um novo horizonte de atuação.

Nossa intenção aqui, não é a de reduzir a solução de todos os problemas que enfrenta o profissional de Serviço Social ao “simples” ato de refletir – através desse respectivo trabalho foi possível ter um panorama de como se dão as relações capitalistas na nossa região, o papel do Estado nessas relações, Estado esse que é um grande empregador de assistentes sociais, mas destacar a importância do

profissional saber em que direção está caminhando, e materializar essas reflexões acerca das condições de trabalho na sua intervenção profissional

Em outras palavras, o assistente social como trabalhador assalariado, possuidor de uma autonomia relativa, inserido nas relações do capitalismo dependente, e submetido a superexploração de sua força de trabalho, deve dar um direcionamento ao seu trabalho cotidiano que vai além de meras respostas institucionais, sendo necessário reafirmar o seu compromisso ético-político com toda a classe trabalhadora – sua mesma classe, de modo que se caminhe para a superação das relações de produção e reprodução capitalista.

Através do percurso metodológico adotado, acreditamos que foi possível trazer a discussão acerca do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho na América Latina, com as particularidades da realidade brasileira, de modo a situarmos em que condições estão inseridas as políticas sociais e os assistentes sociais, nos gerando os elementos necessários para a discussão central desse trabalho, que é sobre as condições de trabalho dos assistentes a partir da experiência de estágio no CRAS Rio Tavares, tendo como referencial teórico a TMD.

Desta maneira, nos apresenta uma oportunidade futura de aprofundamento nas discussões e reflexões trazidas por esse Trabalho de Conclusão de Curso, assim como ela também se apresenta para os demais profissionais de Serviço Social, que ao buscar conhecer parte da realidade na qual vivem e atuam – as particularidades do capitalismo dependente e os mecanismos que levam a superexploração da força do trabalho, dos limites e potencialidades de sua trabalho cotidiano, podem refletir de tal modo sobre suas condições de trabalho, que isso os permita qualificar a sua ação profissional, servindo assim para o fortalecimento do projeto profissional e ético-político dos assistentes sociais.

Acredito que todo caminho percorrido até aqui foi de total importância na construção desse trabalho, assim como esse trabalho foi mais um elemento importante na construção do profissional de Serviço Social que está por vir. Sem a trajetória de tantos anos no mercado de trabalho não seria possível vivenciar e observar tantas coisas, e que através do conhecimento construído durante a graduação em Serviço Social, foi possível a reflexão sobre todos os processos anteriormente vividos.

Através da frutífera experiência de estágio no CRAS Rio Tavares, foi possível finalmente aliar a teoria com a prática, vê-la se materializar no dia-a-dia dos profissionais, dos usuários, que passaram e passam por inúmeros problemas que sempre passei, e que ainda hoje passo como trabalhador, pois somos todos pertencentes a mesma classe, a classe trabalhadora, e não haveria como ser diferente disso. Foi através dessa experiência de estágio então, que todo o caminho percorrido fez sentido, e que pôde se materializar em parte, nesse Trabalho de Conclusão de Curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**: Norma Operacional Básica NOB/SUAS. 2005.

BRASIL. MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 08 dez. de 2019.

CAPITAL, R. C. **IBGE: Brasil bate recorde com 38 milhões de trabalhadores na informalidade**. Carta Capital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/ibge-pais-bate-recorde-com-38-milhoes-de-brasileiros-na-informalidade/>. Acesso em 10 dez. de 2019.

CASTELO, R. **O canto da sereia**: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no Brasil contemporâneo. Em Pauta, v. 11, p. 119-138, 2013. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/7562/5499>. Acesso em 30 nov. de 2019.

CARCANHOLO, M. D.. **O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência**. Trabalho, Educação e Saúde (Online), v. 11, p. 191-205, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&tlng=en. Acesso em 30 nov. de 2019.

CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. **A Superexploração do Trabalho em Economias Periféricas Dependentes**. Revista Katalysis, v. 12, p. 216-225, 2009.

ECHER, I. C. **A revisão de literatura na construção do trabalho científico**. Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre, 2001, p.5-20.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002. v. 1. 171p.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495p.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINI, D. **A intervenção do assistente social no NASF e no PAIF no município de Florianópolis**. 2017. 253f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

PAIVA, B. A. ; OURIQUES, N. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?**. Revista Katálisis (Impresso), v. 09, p. 166-175, 2006.

PAIVA, B. A. ; ROCHA, M. ; CARRARO, D. **Política Social na América Latina: Ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência**. Ser Social (UnB), v. 12, p. 147-175, 2010.

PASCOAL, A. L. **Projeto de Intervenção** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

PASCOAL, A. L. **Diário de Campo I** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018a.

PASCOAL, A. L. **Diário de Campo II** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018b.

PASCOAL, A. L. **Diário de Campo I** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018c.

PASCOAL, A. L. **Diário de Campo II** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018d.

PASCOAL, A. L. **Diário de Campo I** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018e.

PASCOAL, A. L. **Relatório Final de Estágio** – CRAS Rio Tavares. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

OSORIO, J. **Dependência e superexploração**. MARTINS, Carlos Eduardo et al. (Orgs.). A América Latina e os Desafios da Globalização. São Paulo: Boitempo, 2009.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, C. L. S. **Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina.** Argumentum (Vitória), v. 8, p. 48-60, 2016.